

PAC 2016

Prestação Anual de Contas

CERSUL- Cooperativa de Distribuição de Energia e Desenvolvimento

CNPJ: 86.512.670/0001-02 IE: 250.249.537

<http://www.cersul.com.br/site/>

cersul@cersul.com.br

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Missão

Distribuir energia elétrica de qualidade e com segurança para o desenvolvimento e bem-estar dos associados.

Visão

Ser referência na distribuição de energia elétrica com eficiência empresarial, responsabilidade social e ambiental.

Valores

Comprometimento, ética, respeito, integração, segurança, excelência na gestão e transparência.

Senhoras e Senhores Cooperados

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades no exercício de 2016, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Patrimonial, os quais consideraram importantes para divulgar o desempenho da Cersul - Cooperativa de Distribuição de Energia para a sociedade, parceiros e cooperados.

Faz saber, ainda, que a documentação relativa às contas aqui demonstradas encontram-se à disposição dos interessados e se coloca desde já, disponível para prestar os esclarecimentos que se julgarem necessário.

Mensagem do Presidente

Durante o ano de 2016 administramos com ética e transparência, tendo como norte os princípios do cooperativismo e a satisfação do nosso associado. E assim, houve várias conquistas como a recertificação de Qualidade ISO 9001, mostrando que nossos serviços e métodos são organizados e eficientes. Investimos fortemente na ampliação e manutenção das redes elétricas para a continuidade no fornecimento de energia com qualidade e segurança. Compramos novos veículos e equipamentos para agilizar os processos, adequamos e modernizamos as instalações do almoxarifado garantindo o controle de estoque. A equipe de trabalho foi fortemente capacitada, garantindo um trabalho seguro e eficaz para atender as demandas de nossos sócios. A pesquisa de satisfação realizada pela UNESC no ano de 2016 obteve aprovação de 95,6 %.

Estamos bem econômica e financeiramente, honrando todos os compromissos e obrigações legais.

A Cersul se preocupa com suas responsabilidades sociais perante a comunidade, baseando-se nisso houve a continuação do Programa Cooperjovem, a implantação do Núcleo de Mulheres Cooperativistas.

A cooperativa deu continuidade aos auxílios financeiros para APAES, Hospitais e Corpo de Bombeiros de nossa área de abrangência.

Por fim, gostaria de agradecer a você associado (a) por permitir que nossa cooperativa seja destaque, aos diretores que junto comigo tem decidido e planejado melhorias para a cooperativa, ao conselho Fiscal que garante a transparência das nossas ações e aos colaboradores pelo trabalho comprometido, dedicado e ágil. A todos o meu muito obrigado!

Turvo, 30 de março de 2017.

Everton Aldir Schmidt

Presidente do Conselho Administrativo

1 Perfil Institucional

A Cersul é uma sociedade cooperativa, entidade sem fins lucrativos que atua no mercado de energia elétrica desde 1961 e tem presença consolidada entre as melhores cooperativas de infraestrutura do Estado em virtude da qualidade dos serviços que presta a seus associados.

No âmbito da distribuição de energia elétrica, tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam atender aos mais de 15,9 mil associados e demais consumidores de energia, pertencentes a onze municípios da região Sul do Estado de Santa Catarina. Dentre esses municípios, cinco a permissão é exclusiva e nos outros seis municípios, a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza.

Para o funcionamento do sistema e atendimento aos 11 municípios citados, a Cersul se utiliza de duas Subestações, sendo uma própria, localizada no município de Turvo e outra da Celesc no município de Maracajá.

2 Ligação de Consumidores

No ano de 2016, foram realizadas 529 novas ligações o que representou uma redução de 12,85% em relação ao ano anterior. Estas ligações estão divididas por classe de consumo e apresentadas abaixo:

Ligação de Consumidores					
Classe	2016	2015	2014	2013	2012
Residencial	244	252	232	291	372
Industrial	84	113	143	127	122
Comercial	41	76	57	43	59
Rural	95	99	128	168	127
Poderes Públicos	12	6	7	5	10
Iluminação Pública	51	59	60	16	97
Serviço Público	1	2	0	0	1
Consumo Próprio	1	0	1	0	0
Total	529	607	628	650	788
Variação	(12,85)	(3,34)	(3,38)	(17,51)	6,78

Enfatizamos que na classe industrial abrange também as ligações feitas para as construções civis e após o término destas, as mesmas são reclassificadas para sua devida classe consumidoras.

3 Mercado de energia elétrica

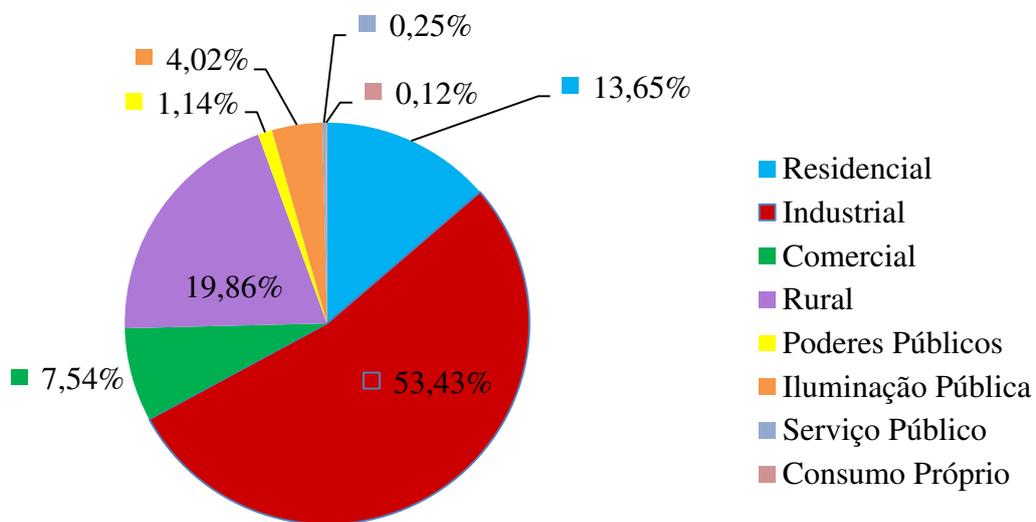
O consumo de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa no ano de 2016 foi de 142.437,59 MWh, tendo apresentado redução de 1,17% em relação a 2015, esta queda foi impulsionada pela diminuição do consumo na classe industrial.

As classes que mais consumiram energia elétrica no ano foram a industrial e rural, utilizando 76.123,33 e 28.293,99 MWh respectivamente.

A seguir, são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período.

Consumo de Energia (MWh)					
Classe	2016	2015	2014	2013	2012
Residencial	19.438	18.359	18.034	15.630	14.694
Industrial	76.125	80.321	74.388	69.483	70.626
Comercial	10.711	10.654	10.318	9.080	8.893
Rural	28.294	27.201	28.364	25.943	24.500
Poderes Públicos	1.627	1.465	1.509	1.260	1.268
Iluminação Pública	5.723	5.587	5.405	5.251	4.990
Serviço Público	353	378	531	449	443
Consumo Próprio	167	161	145	129	140
Total	142.438	144.126	138.694	127.225	125.554
Variação	(1,17)	3,92	9,01	1,33	6,48

Consumo por classe (2016)



3.1 Balanço energético

Balanço Energético (dados em KWh)					
Energia Requerida	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de Energia	124.618.723	126.236.995	137.888.963	143.084.578	141.326.577
-Fornecimento	124.618.723	126.236.995	137.888.963	143.084.578	141.326.577
-Suprimento p/ agentes de distribuição	0	0	0	0	0
Consumidores Livres/Dist./Geração	0	0	0	0	0
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
Mercado Atendido	124.618.723	126.236.99	137.888.96	143.084.57	141.326.57
Perdas na Rede Básica	0	0	0	0	0
Perdas na Distribuição	11.477.336	12.399.780	11.932.634	13.304.212	14.405.079
Perdas Técnicas	10.085.244	10.427.948	11.319.213	11.615.858	11.927.982
Perdas não Técnicas-PNT	1.382.181	1.971.832	613.421	1.688.354	2.477.097
PNT/ Energia Requeridas	0	0	0	0	0
Perdas Totais - PT	11.477.336	12.399.780	11.932.634	13.304.212	14.405.079
PT/ Energia Requerida	8,43%	8,94%	7,97%	8,51%	9,25%
Total	136.096.059	138.636.77	149.821.59	156.338.79	155.731.65

3.2 Perdas

A Cersul mantém atenção permanente sobre o controle das perdas técnicas de energia. No ano de 2016 as perdas globais representaram 9,25% da energia injetada no sistema da cooperativa.

Em MWh			
Energia comprada	Energia Distribuída	Perdas	Perdas %
155.731,656	141.326,577	14.405,079	9,25%

	2012	2013	2014	2015	2016
Perdas Totais	8,43%	8,94%	7,97%	8,51%	9,25%
Perdas Técnicas (PT)	7,41%	7,52%	7,56%	7,43%	7,66%
Perdas não Técnicas (PNT)	1,02%	1,42%	0,41%	1,08%	1,59%

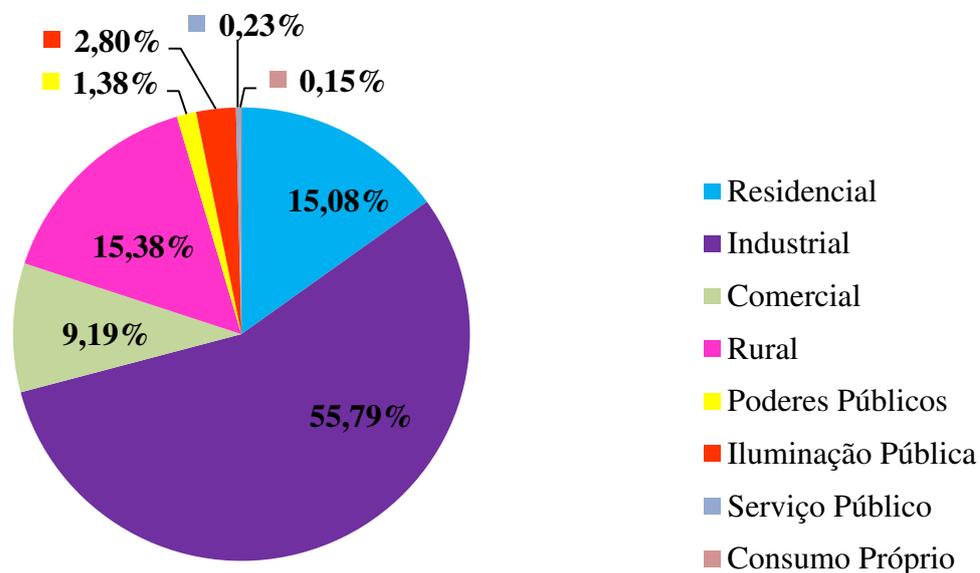
4 Ingressos por classe de consumo

As classes de consumo que mais contribuíram com ingressos pelo fornecimento de energia elétrica no ano foram a industrial e a rural. A classe industrial consumiu o valor de R\$ 26.853.400,91, e a classe rural R\$ 7.405.661.10.

A seguir são apresentados resultados sobre os ingressos decorrentes do fornecimento de energia elétrica e sua variação no período por classe de consumo:

Ingressos por classe de consumo - R\$ mil			
Classe	2016	2015	Variação %
Residencial	7.262	5.717	27,02
Industrial	26.853	25.449	5,52
Comercial	4.425	3.692	19,85
Rural	7.406	5.978	23,89
Poderes Públicos	664	491	35,23
Iluminação Pública	1.349	1.122	20,23
Serviço Público	113	103	9,71
Consumo Próprio	70	56	25
Total	48.142	42.608	12,99

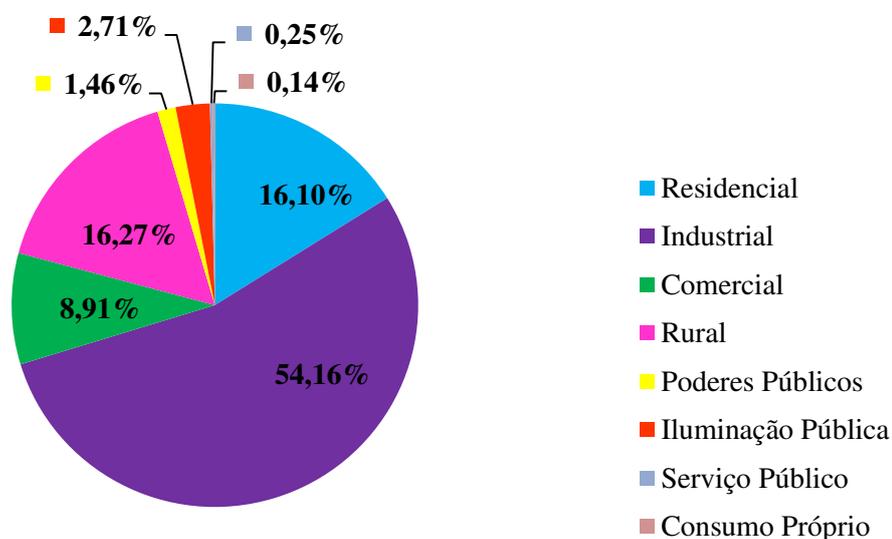
Igressos por classe (2016)



O ingresso decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, foi de R\$ 37.302.361,28 conforme quadro a seguir:

Ingressos por classe de consumo líquida de ICMS - R\$ mil			
Classe	2016	2015	Varição %
Residencial	6.004	4.741	26,64
Industrial	20.201	19.130	5,60
Comercial	3.324	2.772	19,91
Rural	6.070	4.901	23,85
Poderes Públicos	545	399	36,59
Iluminação Pública	1.012	842	20,19
Serviço Público	94	85	10,59
Consumo Próprio	52	42	23,81
Total	37.302	32.912	13,34

Ingressos por classe - 2016 (Líquida ICMS)



No ano de 2016 o ingresso decorrente da cobrança das bandeiras tarifárias foi de 1.482.342,92.

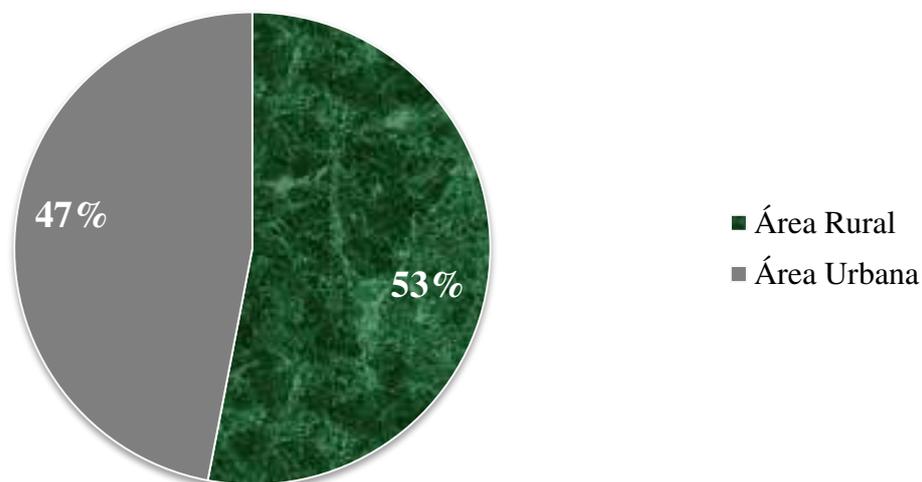
5 Unidades consumidoras

Em dezembro de 2016, o número de unidades consumidoras chegou a 17.699, representando um crescimento de 2,11% em relação a dezembro de 2015, como se pode observar nos quadros a seguir:

Localização dos Consumidores	%	2016	%	2015	Variação
Área Rural	53	9.380	53	9.199	1,97 %
Área Urbana	47	8.319	47	8.135	2,26 %
TOTAL	100	17.699	100	17.334	2,11 %

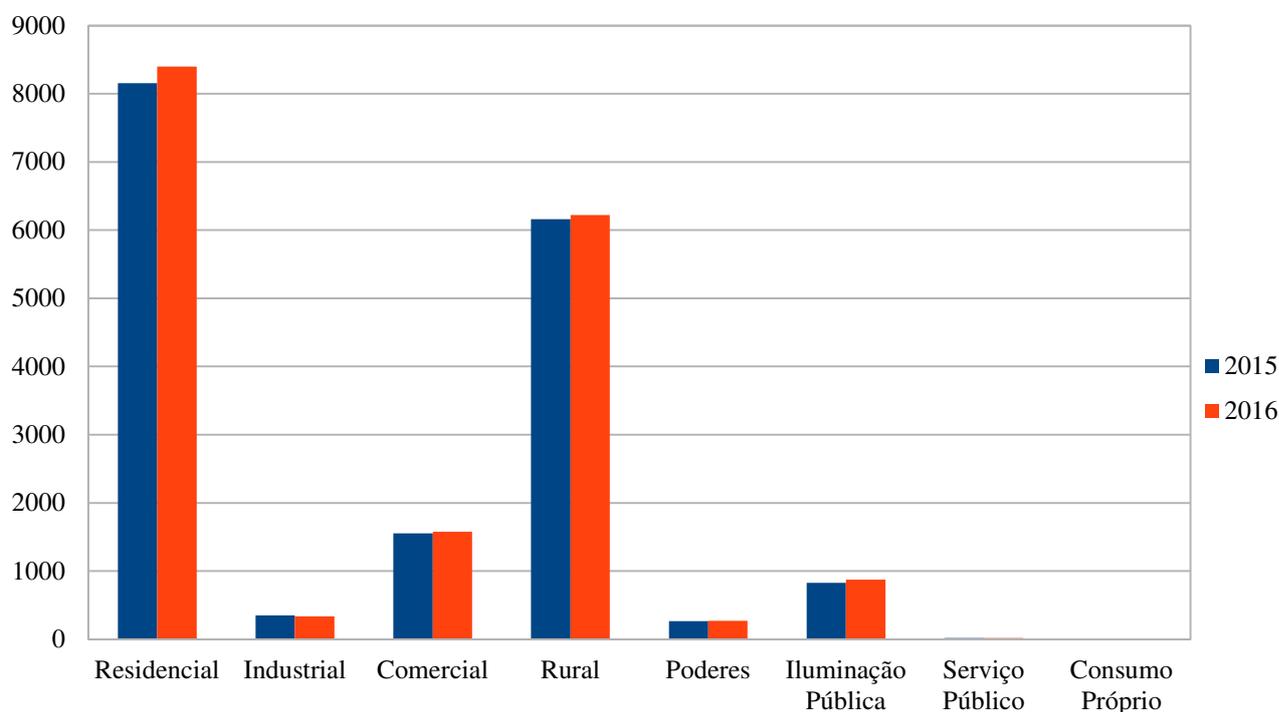
Abaixo gráfico representativo da tabela.

Localização dos Consumidores



Número de unidades consumidoras por classe		
Classe	Dez/2016	Dez/2015
Residencial	8.398	8.153
Industrial	336	349
Comercial	1.574	1.552
Rural	6.219	6.162
Poderes Públicos	272	263
Iluminação Pública	873	829
Serviço Público	18	18
Consumo Próprio	9	8
Total	17.699	17.334

Gráfico representativo da tabela:



6 Processos tarifários

Anualmente a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL realiza um processo tarifário a fim de calcular a receita requerida da cooperativa para o próximo ciclo. A receita requerida é obtida pela soma da parcela A (não gerenciável pela cooperativa) e a parcela B (gerenciada pela cooperativa).

O processo tarifário é feito de duas formas: Reajuste tarifário que é feito anualmente e a revisão tarifária feita a cada quatro anos. No ano que tem revisão tarifária não é realizado o reajuste. Todo processo tarifário é calculado através de metodologia específica para as permissionárias de energia elétrica (cooperativas).

A Cersul, no ano de 2016, passou por uma revisão tarifária, que reajustou os valores das tarifas para os consumidores em média 6,02%, sendo -0,58% para os consumidores de alta tensão e 14,46% para os consumidores de baixa tensão.



TA R I F A S DE ENERGIA ELÉTRICA

Nº RESOLUÇÃO	TIPO	DATA EMISSÃO	INICIO VIGÊNCIA	ABREVIATURA
2.124	Fornecimento	27/09/16	30/09/2016	Fem

CONVENCIONAL

		TUST + TE(Band. VERDE)		
GRUPO	CLASSIFICAÇÃO	TARIFA EM R\$ COM ICMS		
		DEMANDA	ENERGIA(R\$/kWh)	
B1	Residencial Baixa Renda*	Até 30 kWh	-	R\$ 0,116875
		De 31 a 100 kWh	-	R\$ 0,200362
		De 101 a 150 kWh	-	R\$ 0,300534
		De 151 a 220 kWh	-	R\$ 0,352627
		Acima de 220 kWh	-	R\$ 0,391800
	Residencial Normal	Até 150 kWh	-	R\$ 0,375920
		Acima de 150 kWh	-	R\$ 0,441080
B2	Rural	Até 500 kWh	-	R\$ 0,383146
		Acima de 600 kWh	-	R\$ 0,388760
B3	Comercial, Serviços e Outras Atividades	-	R\$ 0,441080	
	Industrial	-	R\$ 0,441080	
	Poder Público	-	R\$ 0,441080	
	Água, Esgoto e Saneamento (Redução 15%)	-	R\$ 0,374910	
B4a	Iluminação Pública	-	R\$ 0,242587	

A1 = igual ou superior a 230kV A2 = 88kV a 138kV A3 = 69kV A3e = 30 a 44kV A4 = 2,3 a 25kV

TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA

Nº RESOLUÇÃO	TIPO	DATA EMISSÃO	DATA VALIDADE	ABREVIATURA
2.124	Fornecimento	27/09/2016	30/09/2016	Fem

TARIFAS DE FORNECIMENTO EM R\$ COM ICMS

HORO SAZONAIS – AZUL

		TUST + TE(Band. VERDE)	
SEGMENTOS HORO SAZONAIS		FONTE	FORA DE FONTE
SUB-GRUPOS	COMPONENTES		
A4	Demais Classes	Demanda (R\$/kW)	R\$ 22,627
		Consumo (R\$/kWh)	R\$ 0,344040

HORO SAZONAIS – VERDE

SEGMENTOS HORO SAZONAIS		FONTE	FORA DE FONTE
SUB-GRUPOS	COMPONENTES		
A4	Demais Classes	Demanda (R\$/kW)	R\$ 22,627
		Consumo (R\$/kWh)	R\$ 0,344040

7 Qualidade do fornecimento

Os três principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são: o DEC (duração equivalente de interrupções por conjunto); o FEC (frequência equivalente de interrupções por conjunto) e o TMAE (tempo médio de execução de interrupções emergenciais). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir.

Qualidade do Fornecimento (Indicadores DEC e FEC)			
ANO	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	TMAE (minutos)
2011	6,41	7,03	68,62
2012	5,86	9,48	57,46
2013	9,38	8,12	52,25
2014	6,23	14,25	58,79
2015	6,32	7,86	56,75
2016	7,08	6,06	79,04

8 Atendimento ao consumidor

A Cersul conta hoje com cinco postos de atendimento ao consumidor com dias e horários diferenciados, sendo estes:

- ✓ Turvo – Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:00 as 17:00.
- ✓ Meleiro - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:00 as 17:00.
- ✓ Timbé do Sul - Segunda a sexta – horário: 08:00 as 11:00 e 14:00 as 17:00.
- ✓ Morro Grande - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30.
- ✓ Ermo – Segunda, quarta e sexta – horário: 08:00 as 11:00.

Além dos postos de atendimento, a CERSUL dispõe do serviço de telecomunicação gratuito (0800-6431920) e com agência virtual através do site: www.cersul.com.br para aproximar e facilitar cada vez mais o contato entre os associados/consumidores à Cooperativa. Apresentamos os atendimentos realizados no ano de 2016, que totalizaram aproximadamente 56.589, sendo estes:

- ✓ 30.367 presenciais nos postos de atendimento;
- ✓ 7.020 atendimentos através do CallCenter (0800);

- ✓ 18.990 pela agência virtual (site);
- ✓ 202 outros tipos de atendimentos.

9 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de uma Permissionária de Energia Elétrica depende do suporte adequado da Tecnologia da Informação (TI), onde facilita e auxilia nos processos e tomada de decisões. Mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2016 foram investidos aproximadamente R\$ 36.500,00, sendo R\$ 24.000,00 na substituição de computadores e R\$ 12.500,00 em novos tablets para as equipes de campo agilizar o atendimento.

10 Desempenho econômico-financeiro

10.1 Ingresso operacional bruto

Em 2016, os ingressos decorrentes do fornecimento de energia, construção da infraestrutura e serviços, atingiram o valor de R\$ 60.583.645,11 que representou um aumento de 23,69% se comparado ao ano de 2015 (R\$ 48.979.146,34).

10.2 Ingresso operacional líquido

Em 2016, o Ingresso Operacional Líquido, que é obtido após a dedução dos tributos e encargos setoriais, teve um acréscimo de R\$ 7.646.067,65 e atingiu o montante de R\$ 41.046.133,81, representando 22,89% de aumento em relação a 2015 (R\$ 33.400.066,16), este acréscimo ocorreu pela devolução do item financeiro que não será mais repassado na tarifa de energia conforme resolução homologatória 1.956 de 2015.

10.3 Sobra líquida

A Cersul encerrou o Exercício Social de 2016 com sobra líquida de R\$ 4.878.742,56, valor este 163,17% superior ao realizado no ano anterior (R\$ 1.853.812,92). O resultado positivo refletiu-se em virtude da devolução do item financeiro conforme citado anteriormente.

Indicadores contábeis

R\$ mil	2016	2015	Variação %
Ingresso operacional	60.584	48.978	23,70
Deduções do ingresso	19.538	15.579	25,41
Ingresso operacional líquido	41.046	33.399	22,90
Custos do serviço de energia elétrica	35.495	31.478	12,76
Sobra bruta	5.552	1.921	189,02
IRPJ/CSLL s/ato não cooperativo	105	17	517,65
Sobra líquida	4.879	1.853	163,30
Patrimônio líquido	77.319	72.636	6,45

Índices econômicos financeiros.

	2016	2015	Variação %	Conceito	Parâmetro
Liquidez Corrente	2,18	1,67	30,54	Capacidade de pagamento de dívida de curto prazo.	Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, tem no ativo circulante.
Liquidez Geral	9,48	2,96	220,27	Capacidade do pagamento de dívida em longo prazo.	Para cada R\$ 1,00 de dívida, a empresa tem disponível no ativo circulante e no realizável em longo prazo.
Endividamento Total (%)	10,55	15,87	(33,52)	Indicador de solvência ou cobertura de dívida com todos os credores.	Para cada R\$ 1,00 no patrimônio líquido, a empresa tem de dívida.
Rentabilidade S/ patrimônio (%)	6,31	2,55	147,45	Representa a remuneração do capital próprio, indicador final da rentabilidade.	Quanto maior melhor.

11 Investimentos

No ano de 2016 os investimentos foram realizados conforme os respectivos recursos destinados. Algumas metas na ampliação e melhoria de redes ficaram pendentes, e continuam inseridos no planejamento para 2017, ainda assim as imobilizações da Cersul ultrapassaram o valor de 10,5 milhões de reais. No quadro abaixo verificamos imobilizações realizadas.

Imobilizações em 2016 - R\$ mil	
Subestação 69 Kv	5.759
Linhas e redes de distribuição	3.261
Sistema de Medição	1.116
Veículos	288
Móveis, Máquinas e Equipamentos	55
Software	49
Total	10.528

A seguir, detalhamento dos investimentos em linhas e redes por município:

Investimento em linhas e redes por município 2016 - R\$ mil	
Ermo	197
Maracajá	183
Morro Grande	583
Timbé do Sul	292
Meleiro	664
Turvo	1.118
Araranguá	160
Jacinto Machado	5
Forquilhinha	57
Sombrio	1
Total	3.260

Para 2017, a previsão é investir aproximadamente 2,8 milhões de reais, conforme quadros a seguir.

Investimentos por município para 2017 - R\$ mil	
Meleiro	77
Morro Grande	112
Timbé do Sul	87
Turvo	171
Total	447

Demais Investimentos para 2017 - R\$ mil	
Investimentos em redes de média e baixa tensão	2.000
Medições Novas Polifásicas e Monofásicas	300
Medições Novas do grupo A4 (3 indústrias)	15
Total	2.315

Principais obras para 2017:

Obra	Local	Extensão	Extensão	Valor (R\$)
		AT (Km)	BT (Km)	
Rede Boca do Pique – Novo Paraíso	Meleiro	1,6	1	77.209,00
Rede Linha Vassoler	Morro Grande	2,2	1,2	111.750,71
Rede Vila Nova (Conclusão)	Timbé do Sul	1,8	1	86.860,00
Rede Boa Vizinha	Turvo	3,2	2,6	171.164,60
Rede Serra da Rocinha	Timbé do Sul	5,5	5	550.000,00

11.1 Centro de operação da distribuição – COD

Em 2016, iniciou-se a fusão dos sistemas supervisórios e de controle remoto da subestação e dos equipamentos de rede, tais como, reguladores e religadores. Esta obra está prevista para ser finalizada no primeiro trimestre de 2017 e tem um valor previsto a ser desembolsado de R\$ 76.700,00.

11.2 Operacional

Em 2016 foram adquiridas uma camionete Toyota Hilux no valor de R\$ 112.568,50, uma camionete Ford F4000 no valor de R\$ 148.000,00, um caminhão VW 10-160 no valor de R\$ 148.500,00, guindaste com cesto aéreo no valor de R\$ 57.500,00, demais acessórios para equipar esses veículos no valor de R\$ 14.500,00, o que resultou em um montante de R\$ 481.068,50. Os veículos citados são utilizados no atendimento de faltas de energia, vistorias,

ligações, religações e auxílio na construção e reforma de redes solicitadas pelos consumidores ou de interesse da Cersul.

No mesmo ano fora investido R\$ 20.729,27 em uma câmera termográfica de alta resolução, capaz de localizar possíveis problemas de conexão antes que os mesmos aconteçam.

Em 2016 ocorreu também um investimento de R\$ 113.587,18 na ampliação do sistema de leitura, corte e religamento remoto de medidores, o PLC (Power Line Communication).

Para 2017, pretende-se investir aproximadamente R\$ 253.000,00 em veículos, sendo a compra de um caminhão e seu devido acoplamento e adaptação do cesto aéreo, também a compra de cesto aéreo e demais acessório para a camionete adquirida em 2016 e ainda adquirir duas motos em substituição as atuais para leitura de medidores.



Imagem 1: Caminhão Ford F 4000 4 x 4.

11.2.1 Expansão e melhoria de redes de distribuição

Devido ao crescimento do mercado e visando a melhoria contínua de nossas redes de distribuição de energia elétrica e para o atendimento adequado aos associado-consumidores a Cooperativa realizou no ano de 2015 o total de **58.114m** em obras de expansão e melhoria em redes de alta tensão (AT), baixa tensão (BT) e a instalação de **130 transformadores**. A seguir destacamos as principais obras realizadas:

Turvo

- ✓ Rede Linha Seminário – Linha Contessi; AT: 3.200m e BT: 3.200m.

Maracajá

- ✓ Rede acesso norte – Sangão Madalena; AT: 1.500m de BT; 600m.

Ermo

- ✓ Rede Morro do Soares; AT: 1.000m e BT: 500m;
- ✓ Instalação de banco regulador de tensão;
- ✓ Instalação regulador automático.

Meleiro

- ✓ Instalação de banco regulador de tensão.



Imagem 2: Rede comunidade Linha Contessi; Turvo.



Imagem 3: Rede comunidade Linha Contessi; Turvo.



Imagem 4: Rede comunidade Sangão Madalena; Maracajá.



Imagem 5: Rede comunidade Morro do Soares; Ermo.



Imagem 6: Rede comunidade Soares; Ermo.



Imagem 7: Instalação banco regulador de tensão - Soares; Ermo.



Imagem 8: Banco regulador de tensão - Soares; Ermo.



Imagem 9: Banco regulador de tensão; Meleiro.

11.3 Subestação 69 KV

No início do 2º semestre de 2016 foi finalizada, a obra de ampliação da Subestação Turvo com a instalação de um novo transformador de força de 20/26 MVA, um novo “bay” para alimentadores e demais acessórios com um valor imobilizado de R\$ 3.715.731,56. Com a conclusão desta obra, a capacidade de fornecimento de energia elétrica da Cersul aumentou 50%, sem contar a segurança energética, pois ampliando a subestação, a Cersul garantirá poder de transformação reserva até 2025.

Em 2016 fora imobilizado o valor de R\$ 1.870.284,62 referente a obra de preparação da conexão da nova linha de transmissão Forquilha- Turvo, e o valor de R\$ 41.269,20 gastos na substituição de uma chave à vácuo de controle de banco de capacitores e demais acessórios.

No mesmo ano houve a imobilização de R\$ 131.894,00 correspondentes ao término da implantação da supervisão e controle da subestação.

Para 2017 está previsto o investimento de R\$ 80.000,00 com a construção de um novo “bay” de saída em 13,8 Kv, o TVO-09, com expectativa de conclusão para o segundo semestre.

Ainda neste ano será investido o valor estimado de R\$ 60.500,00 para alterar a arquitetura de controle remoto da subestação Turvo, tornando esse controle mais preciso e seguro em relação a intempéries, como trovoadas, ventos e curtos-circuitos de origem externa.



Imagem 10: Panorama dos três transformadores da Subestação 69 Kv – Turvo.

11.4 Captação de recursos

Os investimentos de 2016 foram realizados todos com recursos próprios.

12 Evolução e projetos dos investimentos

O quadro a seguir é de apresentação compulsória para os agentes de distribuição, a seguir os três últimos anos e os próximos cinco anos. Os valores contemplam as adições brutas (adições e transferências).

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Transformador Distribuição	R\$ 127.890,20	R\$ 133.120.210,00	R\$ 133.700.620,00	R\$ 115.922,59	R\$ 115.331,70	R\$ 129.100,00	R\$ 133.811,00	R\$ 110.000,00
Medidores	R\$ 168.400,00	R\$ 251.500,00	R\$ 267.840,00	R\$ 278.200,00	R\$ 290.500,00	R\$ 308.212,00	R\$ 320.111,70	R\$ 336.111,00
Redes Baixa Tensão (<138KV)	R\$ 1.140.111,00	R\$ 1.212.000,00	R\$ 1.284.280,00	R\$ 1.187.510,00	R\$ 1.187.510,00	R\$ 1.217.800,00	R\$ 1.324.162,70	R\$ 1.384.141,40
Redes Média Tensão (2,3KV a 69KV)	R\$ 1.126.240,00	R\$ 1.888.110,00	R\$ 1.282.887,00	R\$ 1.214.812,10	R\$ 1.218.822,07	R\$ 1.181.240,40	R\$ 1.141.785,40	R\$ 1.108.314,00
Redes Alta Tensão (69KV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (69KV a 138KV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>=230KV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (potência 30KV a 69 KV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (potência 69 KV)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.738.178,00	R\$ 0,00				
Subestações Alta Tensão (potência 69KV a 138 KV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (potência >=138 KV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto								
	2014	2015	2016	2017	2017	2018	2019	2020
Participações, doações, subvenções, PEE, P&D, Universalização	R\$ 184.700,00	R\$ 117.250,00	R\$ 82.290,00	R\$ 79.940,20	R\$ 83.210,40	R\$ 87.671,00	R\$ 81.946,70	R\$ 88.442,20
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Origem das da Receita	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de Demanda	R\$ 11.718,04	R\$ 42.810,70	R\$ 53.371,27	R\$ 11.708,40	R\$ 64.376,24	R\$ 71.237,10	R\$ 78.140,00	R\$ 11.814,00
Excedente de Estrutura	R\$ 11.217,41	R\$ 42.846,10	R\$ 57.883,20	R\$ 42.783,00	R\$ 68.874,10	R\$ 75.871,70	R\$ 81.438,00	R\$ 81.814,00
Diferença das Perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
Regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-

13 Composição acionária

O Capital Social da Cersul, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 153.968,00, representado por cotas-partes de 15.256 associados com direito a 1 (um) voto cada, independente do número de cotas que o mesmo tenha adquirido, conforme reza o Estatuto Social.

Abaixo são apresentados resultados sobre a evolução do número de associados da Cooperativa e sua variação no período.

Número de associados		
2016	2015	Variação % 2016-2015
15.920	15.256	4

14 Gestão da qualidade

Durante o dia 20 de outubro de 2016 a Cersul passou por uma nova auditoria externa com a empresa DQS. Com isso a Cersul válida por mais dois anos o certificado. Sendo que em 2017 passará pela auditoria de recertificação para validar novamente seu compromisso com a norma, porém essa recertificação será na atual versão da norma que é a ISO 9001-2015. Na visita, os auditores não encontraram nenhuma não conformidade que pudesse afetar o desenvolvimento das tarefas executadas, com isso a CERSUL mantém por mais um ano o certificado. Isso é fruto de um trabalho que vem sendo feito desde 2010, com auditorias internas e reuniões mensais com os coordenadores.



Imagem 11: Certificado ISSO 9001.

14.1 Pontos positivos da Cersul vistos pelo auditor da empresa Alemã DQS

- ✓ Prêmios nacionais de atendimento;
- ✓ Investimento em infraestrutura garantindo a satisfação do cliente até 2025;
- ✓ Formalização de procedimentos com vídeos;
- ✓ Foco nos clientes.

14.2 Metas setoriais Cersul

Ao final do ano de 2016 podemos ver as médias finais de cada setor. As gerências junto a seus colaboradores definiram metas ousadas e desafiadoras a serem implementadas, obtendo êxito em 89,9% dos indicadores de produtividade distribuídos em cada setor da Cersul:

MÉDIA DOS INDICADORES SETORIAIS DA CERSUL					
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;"> PRESIDENTE MÉDIA= 8,99 </div> ●			JAN – DEZ/16		
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA MÉDIA= 8,24 ●		GERÊNCIA TÉCNICA MÉDIA= 9,21 ●		GERÊNCIA COMERCIAL MÉDIA= 8,52 ●	
FINANÇAS NOTA= 9,09 ●		PROJETOS NOTA= 8,81 ●		ATENDIMENTO COMERCIAL NOTA= 8,88 ●	
CONTABILIDADE NOTA= 9,33 ●		OPERACIONAL NOTA= 8,98 ●		COMARÇA NOTA= 7,37 ●	
RECURSOS HUMANOS NOTA= 10,00 ●		QUALIDADE DA ENERGIA NOTA= 9,80 ●		ENTURAMENTO NOTA= 9,70 ●	
SUPRIMENTOS NOTA= 8,83 ●		C.O.D NOTA= 10,00 ●		INFORMATICA NOTA= 8,33 ●	
ALMOXARFADO NOTA= 8,04 ●					

Imagem 12: Média dos indicadores setoriais da Cersul.

15 Desempenho socioambiental

Todos os anos a Cersul mostra através de ações seu comprometimento social, promovendo e patrocinando projetos, programas, eventos sociais, culturais e ambientais, voltados

para a comunidade, incluindo sempre os funcionários, associados e consumidores nas atividades.

15.1 Recursos humanos

A cooperativa possui um setor específico e organizado de gestão de pessoas, e aplica todos os subprocessos de RH (Processo Agregar, Aplicar, Manter, Desenvolver, e monitorar), de forma que facilita o contato com os colaboradores e desenvolve um clima organizacional favorável.

A Cersul, durante o ano de 2016, admitiu 03 novos colaboradores e no mesmo período, 02 desligaram-se da cooperativa que encerrou o ano com um total de 107 colaboradores, sendo 101 ativos, 05 inativos e 01 representante sindical.

Entre os benefícios concedidos pela Cersul aos seus colaboradores, além dos previstos pela legislação destacam-se: auxílio alimentação, plano de saúde e seguro de vida.

15.2 Saúde e segurança no ambiente de trabalho

A sobriedade e seriedade do trabalho desenvolvido pela Cersul também é traduzido pelos uniformes usados por seus colaboradores. É pensando sempre na qualidade e boa apresentação de seus funcionários é que a cooperativa investiu no ano de 2016 R\$ 39.572,52 mil em uniformes.

Os Equipamentos de Proteção, tanto de forma Individual como coletiva, são produtos utilizados pelos trabalhadores, destinado à proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a saúde. Os tipos de EPI's e EPC's utilizados podem variar dependendo do tipo de atividade ou de riscos e da parte do corpo que se pretende proteger. Prezando sempre pela segurança de seus colaboradores a Cersul investiu no ano de 2016 o valor de R\$ 54.597,86 em equipamentos de proteção.

A Cersul terceiriza a elaboração dos laudos técnicos na área de segurança com a empresa COSET e realiza os procedimentos relacionados com medicina do trabalho através da Dr^a Giani Micheli Frare Peck.

Nos dias 25 a 28 de Outubro de 2016, foi realizado o XII SIPAT Cersul (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho). Diversas atividades foram desenvolvidas com os colaboradores durante a semana como: exames laboratoriais e orientação médica para os

mesmos, palestras motivacionais e de segurança no trabalho e ginástica laboral, totalizando um investimento de R\$ 31.677,20.

Em novembro de 2016 tomou posse a nova diretoria da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, focando na segurança e na prevenção dos acidentes de trabalho, observando e orientando os trabalhadores quanto ao uso correto e adequado dos equipamentos de segurança nas suas rotinas diárias com orientação sempre do Técnico de Segurança contratado pela Cooperativa.



Imagem 13: XII Sipat.



Imagem 14: XII Sipat.

15.3 Desenvolvimento profissional

A Cersul em parceria com a FECOERUSC (Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina) e OCESC (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), auxilia seus colaboradores investindo na sua qualificação profissional, através de treinamentos, palestras e cursos, para o desenvolvimento de habilidades e competências, assim melhorando o seu desempenho funcional.

Também auxilia através do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) cursos técnicos, graduações e especializações, no último ano 9 colaboradores das áreas afins da Cooperativa receberam este benefício.

O programa jovem aprendiz, é obrigatório por lei para todas as empresas com mais de 30 funcionários. A Cersul, atualmente através de um contrato firmado com o CIEE e SESCOOP, tem em seu quadro funcional dois aprendizes no município de Turvo.

15.4 Responsabilidade Social

Em prol das comunidades da área de atuação da permissionária, foram mantidos os convênios com as associações e hospitais da região para arrecadações mensais, pagas por seus associados via fatura de energia elétrica. O valor arrecadado que ultrapassou a quantia de 2,5 milhões de reais foi repassado para essas entidades, sem custo algum para as mesmas.

A Cersul realiza o gerenciamento de seus impactos, controlando, prevenindo e compensando adversidades que estão situadas nas áreas onde ocorrem as operações e manutenção de suas redes de distribuição.

A Cersul mantém implantado, um sistema de gestão ambiental (SGA), com o objetivo de controle de documentos, criação de programas ambientais, análise das questões ambientais que envolvem a atividade de distribuição de energia.

15.5 Projetos Sociais

A Cersul com recursos do FATES e apoio financeiro do SESCOOP promoveu projetos sociais em sua área de atuação, sendo eles:

- ✓ **Núcleo de mulheres cooperativistas:** Dia 03 de maio de 2016, iniciou-se a formação do núcleo feminino com aproximadamente 100 horas/aula de capacitação. O núcleo tem por objetivo oferecer uma metodologia cooperativista buscando conscientizar, preparar e organizar as mulheres para atuarem de forma comprometida e participativa no quadro social da cooperativa.



Imagem 14: Núcleo de mulheres cooperativistas.

- ✓ **Dia C – Dia de Cooperar:** Este evento iniciou no dia internacional do cooperativismo, visando desenvolver a consciência da cooperação e do voluntariado, a Cersul fez uma campanha de arrecadação de alimentos e roupas e doou para um Asilo em Maracajá e para uma casa de reabilitação em Meleiro, o dia da entrega foi organizado pelo núcleo feminino e voluntários que promoveram uma tarde de recreação.



Imagem 15: Dia C- Asilo em Maracajá.

- ✓ **Programa Cooperjovem:** Este programa é uma iniciativa do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, SESCOOP, e é colocado em prática por cooperativas de todo o país. O programa visa disseminar as ideias e os princípios do cooperativismo entre crianças e adolescentes em fase de formação do caráter, através de atividades lúdicas, os estudantes aprendem a importância da cooperação e os conceitos do cooperativismo. A cooperativa iniciou esse projeto na escola de Timbé do Sul, com professores e alunos do 1º e 9º ano do ensino fundamental. Durante todo o ano os professores foram capacitados com cursos e encontros para desenvolverem as atividades do PEC.



Imagem 16: Programa Cooperjovem - Escola município Timbé do Sul.

15.6 Educação ambiental

Para um envolvimento maior dos colaboradores o setor realizou atividades ambientais incentivando a correta destinação dos lixos eletrônicos e o descarte correto do óleo de cozinha, através do programa de recolhimento de resíduos por troca de uma sacola ecológica, que ocorreu do dia 06 a 17 de junho de 2016, assim priorizando o conhecimento de seus colaboradores na questão ambiental, que é um dos objetivos da Cersul, visando assim, minimizar os impactos causados ao meio ambiente em decorrência de suas atividades.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos associados que tiveram um papel fundamental neste período de sucesso da Cersul e aos membros do Conselho Fiscal pelo apoio prestado. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Turvo, 30 de março de 2017.

Conselho de Administração



Everton Almir Schmidt
Presidente



Jairo Luiz Canela
Vice-Presidente



Luiz Carlos Marton
Secretário



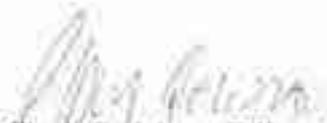
Abel Olivo Neto
Conselho de Administração



Selvino Loudero
Cons. de Administração



Eder Luis Dal Toso
Conselho de Administração



Clóvis Rodrigues Pelizzari
Cons. de Administração

**2 – DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS E NOTAS
EXPLICATIVAS
SOCIETÁRIAS**

CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turvo - SC

BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em milhares de Reais)

		Legislação Societária	
		31/dez/16	31/dez/15
ATIVO			
	Nota		
CIRCULANTE		19.790	15.594
Caixa e bancos		727	919
Aplicações financeiras	05	9.824	4.856
Consumidores associados	06	5.917	6.332
Adiantamentos diversos		60	67
Impostos a recuperar	07	890	843
Estoques	08	322	540
Serviços em curso	09	947	1.156
Ativos regulatórios	10	855	648
Despesas de exercícios seguintes		113	94
Outras contas a receber	11	135	139
NÃO CIRCULANTE		68.209	68.567
Impostos a recuperar	07	664	814
Ativo indenizado (Permissão)	04-F	22.484	17.745
Depósitos judiciais		3	3
INVESTIMENTOS		375	362
Participações societárias permanentes	12	375	362
IMOBILIZADO		60	60
INTANGÍVEL	04-G	44.623	49.583
TOTAL DO ATIVO		87.999	84.161

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turvo - SC

BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO

Legislação Societária

	Nota	31/dez/16	31/dez/15
CIRCULANTE		9.077	9.331
Fornecedores	13	453	429
Salários e ordenados a pagar	14	217	186
Impostos, taxas e contribuições	15	1.051	352
Sobras a repassar geração	16	1.379	1.379
Taxas regulamentares	17	1.277	2.625
Passivos regulatórios	18	3.464	2.316
Provisão para férias	19	795	759
Outros débitos	20	441	1.285
NÃO CIRCULANTE		1.604	2.194
Impostos, taxas e contribuições		1	1
Passivos regulatórios	18	-	2.188
Processos trabalhistas e cíveis	22	41	5
Obrigações vinculadas a permissão	04-L	1.562	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		77.318	72.636
CAPITAL SOCIAL		154	149
Capital social realizado	23	154	149
RESERVAS DE CAPITAL		8.512	8.512
Doações e subvenções		1.232	1.232
Outras reservas de capital		7.280	7.280
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		150	249
Ajuste de avaliação patrimonial		150	249
AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA		10.928	12.830
Ajuste de avaliação patrimonial		10.928	12.830
RESERVAS ESTATUTÁRIAS		54.624	49.399
Reserva legal		7.117	6.462
Fates		2.760	2.310
Reserva de ampliação		30.151	27.528
Reservas de sobras		14.596	13.099
SOBRAS DO EXERCÍCIO		2.950	1.497
Sobras a disposição da AGO	24	2.950	1.497
TOTAL DO PASSIVO		87.999	84.161

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turvo - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Legislação Societária	
	01/jan/16	01/jan/15
	a	a
	31/dez/16	31/dez/15
INGRESSOS OPERACIONAIS	60.624	48.978
Fornecimento de energia	18.040	17.658
Disponibilização do sistema de distribuição	30.018	25.098
Receita de construção da infraestrutura	5.063	5.674
Ativos e passivos financeiros setoriais	4.108	(2.488)
Serviços	699	549
Serviços cobráveis	46	31
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serv. publico	2.650	2.456
DEDUÇÕES NOS INGRESSOS	(19.537)	(15.579)
Tributos e contribuições sobre a receita	(10.925)	(9.715)
Encargos do consumidor	(8.612)	(5.864)
INGRESSOS LÍQUIDOS	41.087	33.399
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(35.536)	(31.478)
Dispêndio com energia elétrica adquirida	(14.522)	(11.915)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(959)	(900)
Custo de operação		
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(7.351)	(6.554)
Material	(1.756)	(971)
Serviços de terceiros	(794)	(929)
Depreciação e amortização	(3.647)	(3.468)
Provisões	(37)	(26)
Seguros, tributos e alugueis	(710)	(750)
Custo de construção da infraestrutura	(5.063)	(5.674)
Outros	(697)	(291)
SOBRA BRUTA	5.551	1.921
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS	1.029	1.188
Dispêndios financeiros	(697)	(135)
Ingressos financeiros	1.726	1.323
OUTROS INGRESSOS E DISPÊNDIOS	(1.596)	(1.239)
SOBRAS ANTES DA CS E IR	4.984	1.870
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO	(106)	(17)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	4.878	1.853

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turvo - SC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	01/jan/16 a 31/dez/16	01/jan/15 a 31/dez/15
RESULTADO/SOBRA LIQUIDA DO EXERCÍCIO	4.878	1.853
(+/-) Resultados abrangentes	1.953	1.526
Reversão Reserva Legal - NBCT 10.8	-	-
Realização do ajustes de avaliação patrimonial - Cooperados	1.953	1.691
Ajustes de exercicios anteriores	-	(165)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	6.831	3.379
RESULTADO COM TERCEIROS	275	53
Resultado Liquido do Exercício	275	53
BASE PARA DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	6.831	3.379
Fundo de reserva legal - 10%	656	333
FATES - Fundo de assitencia tecnica e social - 5%	328	166
FATES - Fundo de assit. Tecnica e social - Resultado com terceiros	275	53
Reserva para ampliação e manutenção	2.622	1.330
SOBRA ABRANGENTE A DISPOSIÇÃO DA AGO	2.950	1.497

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turvo - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL - Doações e Subvenções	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS					SOBRAS (PERDAS) À DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
						FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	RESERVA DE AMPLIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ/14	145	1.232	7.280	-	407	6.129	2.235	26.198	11.634	46.196	1.465	56.725
1 - AUMENTO DE CAPITAL										-		-
- Integralização (devolução) de quotas	4									-		4
2 - AUMENTO DE RESERVAS										-		-
- Destinações estatutárias						333	219	1.330		1.882	(1.882)	-
- Avaliação regulatória (Aditivo Contrato Permissão)				14.389						-		14.389
- Destinações AGO									1.465	1.465	(1.465)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS										-		-
- Realização da Fates							(144)			(144)		(144)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial				(1.559)	(131)					-	1.690	-
- Ajustes de exercícios anteriores					(27)					-	(165)	(192)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO										-	1.854	1.854
SALDOS 31/DEZ/15	149	1.232	7.280	12.830	249	6.462	2.310	27.528	13.099	49.399	1.497	72.636
1 - AUMENTO DE CAPITAL										-		-
- Integralização (devolução) de quotas	5									-		5
2 - AUMENTO DE RESERVAS										-		-
- Destinações legais e estatutárias						655	603	2.623		3.881	(3.881)	-
- Avaliação regulatória (Aditivo Contrato Permissão)										-		-
- Destinações AGO									1.497	1.497	(1.497)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS										-		-
- Realização da Fates							(153)			(153)		(153)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial				(1.902)	(99)					-	1.953	(48)
- Ajustes de exercícios anteriores										-	-	-
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO										-	4.878	4.878
SALDOS 31/DEZ/16	154	1.232	7.280	10.928	150	7.117	2.760	30.151	14.596	54.624	2.950	77.318
MUTAÇÕES DO PERÍODO	5	-	-	(1.902)	(99)	655	450	2.623	1.497	5.225	1.453	4.682

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turvo - SC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Legislação Societária	
	01/jan/16	01/jan/15
	a	a
	31/dez/16	31/dez/15
ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.202	4.247
Sobras do exercício	4.878	1.853
Ajustes de exercícios anteriores	-	(165)
Redução (Aumento) de consumidores associados	415	(1.603)
Redução (Aumento) de impostos a recuperar	103	(418)
Redução (Aumento) de estoques	218	(226)
Redução (Aumento) de adiantamentos	7	30
Redução (Aumento) de despesas exerc. seguintes	(19)	(4)
Redução (Aumento) de serviços em curso	209	(520)
Redução (Aumento) de ativos regulatórios	(207)	(648)
Redução (Aumento) de outras contas a receber	4	14
Aumento (Redução) de fornecedores	24	(591)
Aumento (Redução) de salários a pagar	31	14
Aumento (Redução) de impostos e contrib. diversas	699	30
Aumento (Redução) de provisão de férias	36	26
Aumento (Redução) de taxas regulamentares	(1.348)	1.692
Aumento (Redução) de passivos regulatórios	(1.040)	4.504
Aumento (Redução) de processos cíveis a pagar	36	5
Aumento (Redução) de outros débitos	(844)	254
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	1.770	(17.625)
(Aumento) Redução do ativo indenizado (permissão)	(4.739)	(3.940)
(Aumento) Redução dos investimentos	(13)	(12)
(Aumento) Redução do imobilizado	-	(60)
(Aumento) Redução do intangível	4.960	(13.613)
Aumento (Redução) de obrigações vinc. a permissão	1.562	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(196)	14.222
Realização de reservas	(201)	(171)
Aumento (Redução) do capital social	5	4
Avaliação regulatória compulsória	-	14.389
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	4.776	844
Disponibilidades no início do exercício	5.775	4.931
Disponibilidades no final do exercício	10.551	5.775

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turvo - SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Turvo, estado de Santa Catarina e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da sua área de atuação, por meio da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse do seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infra-estrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A permissão para atuar no setor de distribuição de energia elétrica tem como prazo único de 20 (vinte anos) contados a partir de 28 de novembro de 2008.

NOTA 02 - DA PERMISSÃO

A permissionária detém permissão válida até o ano 2028 para a distribuição de energia elétrica em 11 (onze) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da Cersul, e nos outros 6 (seis), a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em, Aranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza, atendendo a mais de 17,6 mil unidades consumidoras distribuídas em 124 localidades.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

A) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02(R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo intangível, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos e passivos regulatórios e provisão para férias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A permissionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

NOTA 04 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, destacamos:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NÃO DERIVATIVOS

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Permissionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Permissionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Permissionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Permissionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrange saldos de caixa e depósitos bancários a vista, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva. Abrangem o saldo de consumidores associados e outras contas a receber.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores de mercadorias e serviços e outros débitos.

DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Permissionária não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

A) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As contas a receber de consumidores e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

B) ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO IMOBILIZADO)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, estão registrados ao custo médio de aquisição.

C) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anu-

almente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A Cersul assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “10” e “18” respectivamente, a partir desta data.

D) INVESTIMENTOS

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

E) IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 367/2009, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIÇÃO. Em função do disposto nas instruções contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de permissão de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

F) PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos consumidores.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial.

G) INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória são determinados pelo Agente Regulador.

H) TAXAS REGULAMENTARES

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Programa de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário e permissionário.

d) Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não

sofre nenhum acréscimo;

- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,020 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha (patamar 1): condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,030 para cada quilowatt-hora kWh consumido.
- Bandeira vermelha (patamar 2): condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,035 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

I) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a permissionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

A ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário e permissionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão/permissão.

A permissionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da permissionária é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a permissionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

J) SALÁRIOS E ORDENADOS PAGAR

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de dirigentes, devidos até a data do balanço.

K) PROVISÃO DE FÉRIAS

Foi constituída para cobertura de 1/3 das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

L) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO

Representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Outorgada, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste Subgrupo, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa de Eficiência Energética - PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

M) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo que estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

N) APURAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

As sobras e perdas são apuradas pelo regime de competência.

NOTA 05 - APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E TÍTULOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	2016	2015
C. E. Federal	CDB Flex	1,0 a 1,09/CDI	3.463	3.144
B. Brasil	CDB	Variável	660	976
Sicoob Credisulca	CDB	1,0 / CDI	5.701	736
TOTAL			9.824	4.856

NOTA 06 - CONSUMIDORES ASSOCIADOS

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros os empréstimos e recebíveis.

A) COMPOSIÇÃO DAS CONTAS A RECEBER

Classes	Legislação Societária	
	2016	2015
Residencial	741	692
Industrial	2.314	2.951
Comercial	481	494
Rural	1.071	936
Poder Público	49	55
Iluminação Pública	158	232
Serviço Público	4	3
Parcelamento de Energia	812	787
Fornecimento não faturado	1.372	1.276
Subtotal – Consumidores	7.002	7.426
Serviço Taxado	9	6
Participação Financeira	99	100
Outros Créditos	33	33
TOTAL CIRCULANTE	7.143	7.565

PROVISÃO P/CRÉDITO LIQ. DUV.	(1.226)	(1.233)
TOTAL GERAL	5.917	6.332

As contas a receber de consumidores e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2016	2015
ICMS a recuperar	2	29
ICMS sobre ativo imobilizado (W1)	510	517
Pis a recuperar	-	65
Saldo negativo de IRPJ e CSLL (W2)	224	230
IRRF aplicações financeiras	154	2
	890	843

LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2016	2015
ICMS sobre ativo imobilizado (W1)	664	814
	664	814

Valores de impostos e contribuições a serem compensados ou ressarcidos a curto e longo prazo, dos quais tiveram a seguinte procedência:

W1 – ICMS sobre a compra de bens do ativo imobilizado, no qual terá sua compensação em 48 parcelas mensais.

W2 – Saldo negativo de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apurados sobre o resultado com terceiros, dos quais foram recolhidos por estimativa.

NOTA 08 – ESTOQUES

Material	Legislação Societária	
	2016	2015
Almoxarifado em Serviço	210	98
Bens Destinados a Alienação	4	5
Resíduos e sucatas	66	9
Adiantamento a Fornecedores	42	428
Total	322	540

NOTA 09 – SERVIÇOS EM CURSO

	Legislação Societária	
	2016	2015
Serviços Prestados a Terceiros	191	279
Serviços Próprios	423	397
Projetos P&D/PEE	229	406
Desativações e alienações em Curso	104	48
Outros Projetos	-	26
Total	947	1.156

Valores referentes a serviços ainda não concluídos dos quais produzirão aumento do ativo imobilizado ou despesa, dependendo da característica e origem do serviço.

NOTA 10 – ATIVOS REGULATÓRIOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2016	2015
CDE Neutralidade	65	193
PROINFA Neutralidade	9	6
IF CUSD e PIS e COFINS	781	449
Total	855	648

Valores registrados contabilmente a partir da assinatura do Aditivo de contrato de permissão, conforme Nota 04-C.

NOTA 11 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2016	2015
Serviços prestados a receber (W1)	67	106
Rateio perda período 2000	1	1
Cheques e Parcelamentos a receber	194	194
Implantação Resolução ANEEL	-	32
Compartilhamento de infraestrutura	67	-
Provisão de perdas de cheques e parcelamentos	(194)	(194)
Total	135	139

W1 – Valores a receber referente à instalação e equipamentos de padrão de medição, no qual serão recebidos através da fatura mensal de cada consumidor que contratou o serviço.

NOTA 12 – INVESTIMENTOS

	Legislação Societária	
	2016	2015
Coligadas		
Fecoerusc	2	2
Fecoerusc Oficina	22	22
Credisulca	344	331
Brasil Telecon/Telesc/Outras	7	7
Total	375	362

NOTA 13 - FORNECEDORES

	Legislação Societária	
	2016	2015
Materiais	419	394
Serviços	34	35
Total	453	429

NOTA 14 – SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2016	2015
Empregados	200	173
Diretores	17	13
Total	217	186

NOTA 15 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2016	2015
INSS – Folha de pagamento	177	154
FGTS – Folha de pagamento	53	45
IRRF – Folha de pagamento	80	52
ICMS	696	-
Retenções PJ – IRRF/ISSQN/INSS	4	27
Retenções PF – IRRF	4	-
PIS – Folha de pagamento	7	6
PIS – Ação judicial	-	66
PIS, COFINS, IRPJ e CSLL ato não cooperado	30	2
Total	1.051	352

NOTA 16 – SOBRAS A REPASSAR GERAÇÃO

Valores remanescentes das sobras dos períodos findos em 2011, 2012 e 2013, os quais foram aprovados em assembleia geral ordinária, para que os mesmos possam ser repassados para a atividade de geração de energia, o qual será pago para a Cooperativa de Geração

de Energia e Desenvolvimento conforme decisão da administração. O valor de R\$ 1.379 mil está assim representado:

Período	Sobra a disposição AGO	Valor do repasse aprovado	Valor a repassar
2011	R\$ 3.328 mil	R\$ 800 mil	R\$ 179
2012	R\$ 2.659 mil	R\$ 600 mil	R\$ 600
2013	R\$ 2.044 mil	R\$ 600 mil	R\$ 600
TOTAL			R\$ 1.379

NOTA 17 – TAXAS REGULAMENTARES

	Legislação Societária	
	2016	2015
Quota da conta de desenvolvimento energético - CDE	390	639
FNDC	-	10
MME	-	5
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	171	147
Programa em eficiência energética – PEE	537	771
Taxa de fiscalização	7	7
Bandeiras tarifárias	172	1.046
Total	1.277	2.625

NOTA 18 – PASSIVOS REGULATÓRIOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2016	2015
PROINFA - Neutralidade	118	111
TFSEE	7	22
CDE Neutralidade	386	44
Bandeiras tarifárias	2.953	1.334
Item Financeiro – Ajuste Revisão	-	805
Total	3.464	2.316

LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2016	2015
Item Financeiro – Ajuste Revisão	-	2.188
Total	-	2.188

Valores registrados contabilmente a partir da assinatura do Aditivo de contrato de permissão, conforme Nota 04-F.

NOTA 19 – PROVISÃO PARA FÉRIAS

	Legislação Societária	
	2016	2015
INSS	165	154

FGTS	46	45
PIS	6	5
Férias	578	555
Total	795	759

NOTA 20 – OUTROS DÉBITOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2016	2015
Convênios - repasses consig./contrib.sind./plan.saúde	14	19
Prêmios de seguros	-	11
Decisões judiciais/processos a pagar	5	2
Convênio iluminação pública	48	38
Convênios c/ hospitais e associações – repasses	240	204
Capital social a devolver associado	75	76
Sobras a distribuir	24	24
Devol. a efetuar /duplicidade/créditos a identificar	20	15
Compra de crédito de ICMS a pagar – empresa W1	1	883
Outros	14	13
Total	441	1.285

W1 – Eventualmente a Permissionária compra créditos de ICMS de empresas privadas que possuem tal crédito, no intuito de aproveitar benefícios tais como deságio e prazo de pagamento.

NOTA 21 - CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

No exercício de 2006, a Cooperativa sofreu fiscalização da SRF – Secretaria da Receita Federal referente ao PIS – Programa de Integração Social e a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, em relação aos fatos geradores ocorridos de setembro de 2001 a junho de 2006, resultando no Auto de Infração nº 09.2.01.00-2006.00354-0 no montante de R\$ 2.678.969,22 (dois milhões, seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e sessenta e nove reais e vinte e dois centavos).

Não foi realizada provisão para tal valor, visto que o mesmo está sendo discutido judicialmente e possui parecer jurídico com provável êxito na impugnação para que seja anulada a referida notificação.

NOTA 22 - OUTRAS CONTINGÊNCIAS

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda das causas classificados como “Prováveis”, chegam ao valor de R\$ 41 mil, dos quais foram realizados os registros contábeis dessas contingências.

Para as demais causas com riscos classificados como “Remotos” ou “Possíveis”, fica dispensado o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

NOTA 23 - CAPITAL SOCIAL

Pertence inteiramente a associados domiciliados no país e está totalmente integralizado, correspondente a participação de 15.920 (quinze mil, novecentos e vinte) associados em 31/dez/2016.

NOTA 24 - DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

As destinações estatutárias foram calculadas de acordo com o estatuto social, conforme quadro a seguir:

Demonstrativo da Base de Cálculo	Valor R\$
A) Ajustes de exercícios anteriores	-
B) Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	1.953
C) Sobras líquidas do exercício	4.878
Total das sobras	6.831
(D) Resultado com associados	6.556
(E) Resultado com terceiros	275
Total das Sobras	6.831
BASE PARA AS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	6.556
Demonstrativo das Destinações Estatutárias	
F) Reserva Legal - 10%	655
G) Reserva de Assistência Técnica Educacional Social (RATES) = (5%) + (Resultado com terceiros)	603
H) Reserva de Manutenção, Ampliações e Melhorias - 40%	2.623
D) Total das destinações estatutárias	3.881
J) Sobras À disposição da AGO	2.950

NOTA 25. RECLASSIFICAÇÃO DE CONTAS - COMPARABILIDADE

Para efeito de comparabilidade foram realizadas alterações nas seguintes rubricas nas demonstrações contábeis de 2016 em relação com o período de 2015, conforme segue:

	Reclassificado 2015	Publicado 2015
Ativo	85.507	84.161
— Intangível W1	50.929	49.583
—		
Passivo	85.507	84.161
— Obrigações vinculadas a permissão W1	1.346	-

W1 - As obrigações vinculadas a permissão (passivo) que vinham sendo reclassificadas (reduzida) para o Intangível/Imobilizado, com a vigência do novo manual de contabilidade das empresas de energia elétrica, esta classificação não é mais exigida.


Joelma Walnier dos Santos
Contadora CRC-SC: 030385/O-2
CPF: 036.815.639-77


Everton Aldir Schmidt
Presidente
CPF: 415.141.739-72

**3 – RELATÓRIO DOS
AUDITORES E
PARECER DO
CONSELHO FISCAL**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das sobras, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contúo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.

f

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 14 de março de 2017.

MÜLLERÉYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O



JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC N° 17.329/O-8
CNAI N° 638



CERSUL
Um novo tempo

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

CNPJ/MF: 88.930.000/0001-02 - Inscricão Estadual: 250.249.537 - NIRE: 424.0000.391-5

Fone: (48) 3525-8400 / (48) 3525-8412

Rua Antônio Bez Batti, 525 - Caixa Postal Nº 88 - Centro - CEP: 88930-000 - Turvo - SC
E-mail: cersul@cersul.com.br - Site: www.cersul.com.br

Ata da reunião do Conselho Fiscal da CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, em caráter extraordinário, com fins específicos de apurar o Relatório da Diretoria, Balanços e Contas relativas ao exercício de 2016. Aos vinte oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às oito horas, na sala de reuniões desta Cooperativa, localizada a Rua Antonio Bez Batti, 525, Centro, Turvo, Santa Catarina, CEP 88.930-000, CNPJ 88.512.670/0001-02, I.E. 250.249.537 e NIRE 4240000391-5. Reuniram-se os membros efetivos do Conselho Fiscal, o Coordenador: Orlando Margoti Piazza, o Secretário: Dino Roberto Scardueli e o Membro Efetivo: Venâncio Menegaro. Para tratarem de assuntos relativos à apreciação de contas de que trata o artigo 44º (quadragésimo quarto) item XI (décimo primeiro) do Estatuto Social. Após minucioso exame dos documentos e acolhido o parecer emitido pelos auditores independentes, decidiram por unanimidade aprovar os balancetes mensais e o balanço geral, inclusive o demonstrativo e o relatório do Conselho de Administração, referentes ao exercício anual encerrado em 31 de dezembro de 2016, emitindo seu parecer e recomendando à Assembleia Geral Ordinária a sua aprovação. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada pelo Coordenador, Orlando Margoti Piazza. Para constar, eu, Dino Roberto Scardueli, secretário, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e demais membros presentes do Conselho Fiscal. TURVO (SC), 28 de março de 2017.


ORLANDO MARGOTI PIAZZA
Coordenador


DINO ROBERTO SCARDUELI
Secretário


VENÂNCIO MENEGARO
Membro Efetivo

**4 – RELATÓRIO DE
RECOMENDAÇÕES DOS
AUDITORES
INDEPENDENTES PARA
APRIMORAMENTO
DOS
CONTROLES INTERNOS**

**CERSUL - COOPERATIVA DE
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA.**

Turvo - SC

CARTA DE CONTROLES INTERNOS Nº 01/2017
(Recomendações para Aprimoramento dos
Controles Internos)

1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

- (1.1) Com vistas à execução dos trabalhos de interim, referentes à auditoria independente voltada ao exame dos controles e procedimentos internos dessa cooperativa, relativas ao período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, a sede da mesma foi visitada em setembro de 2016 e fevereiro e abril de 2017.
- (1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, a aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgada necessárias nas circunstâncias.
- (1.3) De forma subsidiária aos objetivos dos trabalhos, relacionamos a seguir os pontos anotados no curso dos mesmos e que entendemos ser conveniente destacar, com as recomendações, conforme o caso, sobre controles internos, procedimentos contábeis em geral ou sobre outras situações, para informação e providências julgadas necessárias.
- (1.4) Tais pontos podem referir-se, de forma atualizada, a situações anteriormente relatadas que estiverem se repetindo.

2 – CONTROLES INTERNOS

Durante o período de 2016 foram realizados trabalhos de auditoria para validação dos controles internos e dos saldos contábeis da Permissionária. Elencamos neste relatório as principais situações analisadas e também as sugestões recomendadas quando necessárias.

Os trabalhos foram realizados e segregados por departamento da seguinte forma:

- a) Contas a receber / Faturamento
- b) Contabilidade

3 – CONTAS A RECEBER

(3.1) CONSUMIDORES

Inicialmente, realizamos a conferência do saldo contábil de agosto de 2016 com os relatórios auxiliares pertinentes, os quais são base para a contabilização:

DESCRIÇÃO	SALDO CONTÁBIL	CONTROLE AUXILIAR	CONFERÊNCIA
RESIDENCIAL	634.119,93	634.104,09	15,84
(-) MICROGERAÇÃO	-15,84	0,00	-15,84
INDUSTRIAL	2.926.796,22	2.926.796,22	0,00
COMERCIAL	421.838,79	421.838,79	0,00
RURAL	440.917,85	440.917,85	0,00
PODER PÚBLICO	58.478,70	58.478,70	0,00
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	221.828,61	221.828,61	0,00
RESIDENCIAL BAIXA RENDA	19.548,57	19.548,57	0,00
SERVIÇO PÚBLICO	11.036,74	11.036,74	0,00
TOTAL	4.734.549,87	4.734.549,87	0,00

Conforme expresso na tabela supracitada, na conferência entre os saldos contábeis e relatórios auxiliares não houveram divergências, atestando a correlação entre os mesmos.

Com intuito de validar a origem dos valores constantes nos relatórios auxiliares, realizamos testes específicos relacionados ao faturamento da Cooperativa, onde expomos nos pontos subsequentes do relatório.

(3.2) FATURAMENTO

O faturamento da Permissionária tem sua origem através do fornecimento de energia elétrica a seus consumidores. Esta energia é distribuída através das redes elétricas e instalações, as quais a cooperativa possui concessão da União para prestar este serviço, considerando que estes bens e instalações utilizados para o fornecimento de energia, pertencem à União.

Para emitir as faturas de energia, a concessionária realiza a medição do consumo de todos os consumidores, de sua área de concessão, mensalmente. A quantidade de Kilowatts lidos em cada Unidade Consumidora é multiplicado pelo valor da tarifa de energia estipulada na resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Demonstramos abaixo o faturamento de agosto de 2016.

EMEAP CATEGORIA	CONSUMO, DEMANDA E RELATIVA kWh	OUTRAS ENERGIAS	ICMS	ENERGIA + ICMS	OUTROS	TOTAL
Residencial	424.779,22	(60,14)	97.968,40	522.647,48	109.220,93	691.868,41
Industrial	1.617.531,61		540.882,77	2.178.418,38	17.975,29	2.196.394,77
Comercial	228.792,61		75.793,71	304.586,54	20.744,88	325.331,22
Rural	319.808,30		62.923,16	382.731,46	115.274,87	498.006,33
Poderes públicas Iluminação pública	38.402,99		8.291,58	47.694,57	1.458,41	49.152,98
Serviço público	77.186,43		25.725,98	102.912,41	244,83	103.157,24
Consumo próprio	6.787,49		1.280,92	8.068,41	179,20	8.207,61
Consumo próprio	3.295,27		1.198,43	4.793,80	112,74	4.906,54
TOTAL	2.747.844,82	(60,14)	804.069,97	3.551.853,85	325.171,25	3.877.025,10

Realizamos testes para a validação do valor faturado, conforme segue.

(3.2.1) CALCULO DA FATURA DE ENERGIA

Selecionamos amostras de faturas do mês de agosto de 2016, para a conferência dos valores faturados.

A) Faturas com apenas uma tarifa de Energia e TUSD.

CLASSE	CONSUMIDOR	A		B		C = A + B	D	E = C - D
		KWH CONSUMIDO	TIPO TARIFA	TARIFA CFE RESOLUÇÃO	Total c/c Resolução	Energia na Fatura	CONFÉ- RÊNCIA	
Residencial	EDISON ANTONIO FELISBERTO	4.327	B1	0,2934	1.269,37	1.269,36	0,01	
Residencial	ALICIO TONETTO	2.609	B1	0,2934	763,28	763,27	0,01	
Residencial	TIAGO ZILLI	2.200	B1	0,2934	645,29	645,28	0,01	
Residencial	MILTON MILIOLI	2.113	B1	0,2934	619,87	619,86	0,01	
Il. Pública	MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL	1.150	B4a	0,1614	185,55	185,55	0,00	
Il. Pública	MUNICÍP. DE MORRÓ GRANDE	2.009	B4a	0,1614	324,15	324,15	0,00	
Il. Pública	MUNICÍPIO DE MELEIRO	1.287	B4a	0,1614	207,66	207,65	0,01	
Poderes Pub.	MUNICÍPIO DE TURVO	4923	B3	0,2934	1.444,21	1444,21	0,00	
Poderes Pub.	MUNICÍPIO DE TURVO	3.266	B3	0,2934	958,11	958,11	0,00	
Poderes Pub.	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SC	3.042	B3	0,2934	892,40	892,4	0,00	
Comercial	ACADEMIA PRO-SAUDE LTDA	9.124	B3	0,2934	2.676,62	2676,61	0,01	
Comercial	JOSE AMBONI PRESA	8.848	B3	0,2934	2.595,65	2.595,64	0,01	
Rural	EDER GIORGIO MONSANI	11.483	B2	0,1966	2.256,98	2256,97	0,01	
Rural	MARCOS ANTONIO ALAMINI	11.479	B2	0,1966	2.256,20	2.256,19	0,01	
Rural	VALDINEI RIZ	10.091	B2	0,1966	1.971,58	1.971,58	0,01	
Rural	JOÃO LUIZ CESARIO	9.512	B2	0,1966	1.869,58	1.869,57	0,01	
Rural	ANGELINO SENO	9.304	B2	0,1966	1.868,01	1868	0,01	
Rural	NEDI DONADEL	9.104	B2	0,1966	1.789,24	1789,23	0,01	
	TOTAL				24.596,12	24.595,98	0,14	

Os valores das tarifas foram verificados através da Resolução Homologatória nº 1.956, tabela 2. Sendo que para obtenção do valor foi realizada a soma da TUSD e TE, dividindo posteriormente por mil.

B) Faturas com duas ou mais tipos/escalas de tarifas de energia:

COOPERSULCA

Descrição	Consumo - Qtd	Tarifa c/c Resolução	Total Tarifa	% icms	Total Icms
Consumo Fora Ponta	541.545	0,18928	102.503,64	25	34.167,88
Consumo na Ponta	12.604	0,83741	10.554,72	25	3.518,24
Demanda Faturada FP	1.620	7,96	12.895,20	25	0,00
UFER na Ponta - Reativo	2	0,04278	0,09	25	0,00
UFER Fora da Ponta - Reativo	146	0,04278	6,25	25	0,00
Total			125.959,88		37.686,12

Totais c/c Fatura	125.959,86	37.686,10
Conferência	0,02	0,02

O valor de ICMS relacionado a demanda faturada fora ponta, UFER na ponta e UFER fora ponta encontram-se zerados devido a decisão judicial favorável ao cliente, que isenta a cobrança do mesmo.

JBS AVES LTDA

Descrição	Consumo - Qtd	Tarifa c/c Resolução	Total Tarifa	% icms	Total Icms
Consumo Fora Ponta	1416796	0,18928	268.549,71	25	89.516,57
Consumo na Ponta	500	0,83741	418,71	25	139,57
Demanda Faturada FP	4500	7,96	35.820,00	25	11.940,00
Energia Especial	100674	0,79685	150.344,80	25	50.114,96
Total			455.133,29		151.711,10

Totais c/c Fatura	455.133,27	151.711,07
Conferência	0,02	0,03

URBANO AGROINDUSTRIAL

Descrição	Consumo - Qtd	Tarifa c/c Resolução	Total Tarifa	% icms	Total Icms
Consumo Fora Ponta	603074	0,18928	114.149,85	25	38.049,95
Consumo na Ponta	2205	0,83741	1.846,49	25	615,50
Demanda Faturada FP	1483	7,96	11.804,68	25	3.934,89
UFER na Ponta - Reativo	31	0,04278	1,33	25	0,44
UFER Fora da Ponta	530	0,04278	22,67	25	7,56
Ultrap. Demanda FP	83	15,92	1.321,36	25	440,45
Energia Especial	55344	0,79685	44.100,87	25	14.700,29
Total			173.247,24		57.749,08

Totais c/c Fatura	173.247,21	57.749,04
Conferência	0,03	0,04

Os valores das tarifas foram verificados através da Resolução Homologatória nº 1.956, tabela 1. Sendo que para obtenção do valor foi realizada a soma da TUSD e TE, dividindo posteriormente por mil.

Na conferência dos valores e tarifas aplicadas nas faturas e energia elétrica emitidas para os consumidores de alta e baixa tensão, não evidenciamos exceções.

(3.2.2) PARCELAMENTOS DE FATURAS DE ENERGIA

Os parcelamentos de energia elétrica em atraso são realizados a pedido do consumidor quando este solicita formalmente ao departamento comercial da cooperativa. Dos quais são cobrados juros de 1% ao mês sobre o total do saldo devedor.

Além da dívida de energia elétrica, também são negociados no momento do contrato, os juros e multas decorrentes do atraso das faturas que serão incluídas no parcelamento.

Os juros e multas por atraso no pagamento das faturas serão incluídos no parcelamento somente se o consumidor solicitar, caso contrário, estes valores serão cobrados na próxima fatura.

Conforme regulamentação interna, para realização do parcelamento o atendente deve obedecer às seguintes condições:

- ✓ Entrada de no mínimo 30%;
- ✓ Valor da parcela de no mínimo R\$ 20,00;
- ✓ Máximo de 5 (cinco) parcelas;
- ✓ Parcelamento realizado pelo titular da unidade consumidora;
- ✓ Impossibilidade de reparcèlemento;
- ✓ Valor máximo do contrato de parcelamento de até R\$ 1.000,00.

Verificamos os parcelamentos referentes ao período de 2016, onde demonstramos por amostragem abaixo:

UC Nome	Data Parcelam.	Total da Dívida	Entrada R\$	Juros Total	Correção	% Entrada	Nº Parc.	OBS
HAUER PLAST RECICLAGEM	06/01/2016	40.288,01	11.400,00	2.169,86	341,97	28,30%	4	W1
MG COMERCIO E TRANSP. DE CARGAS	14/07/2016	12.376,67	2.400,00	492,70	496,07	19,08%	4	W1
EDER GIORGIO MONSANI	15/06/2016	9.889,55	3.500,00	622,64	125,79	35,39%	4	W1
VALTONI BANGOLINI	14/04/2016	6.870,71	2.668,26	322,94	60,37	29,67%	4	W1
WALMOR GRIGIO	31/05/2016	5.879,63	1.187,72	258,42	17,96	29,84%	3	W1
ENIO ZUCHINALLI	22/02/2016	3.679,37	2.600,00	203,85	8,11	54,36%	1	W1
LUIZ CARLOS VALNIER	15/07/2016	3.791,55	1.116,00	234,33	106,75	29,43%	4	W1
EVANDRO PAULO DE COSTA	04/01/2016	2.776,73	780,00	163,11	23,65	28,07%	4	W1
PEDRO VENSON SASSO	04/02/2016	2.689,66	798,00	131,04	22,38	29,67%	4	W1
ILSON CESAR WARMLING ME.	24/05/2016	2.606,17	776,00	107,53	11,75	29,84%	3	W1
VALDECI NUNES	20/04/2016	1.437,76	430,00	177,28	17,48	29,50%	6	W2
SEVERINO DE FREITAS PLACIDO	20/01/2016	886,41	-	426,63	36,33	0,00%	7	W2/W3

O relatório apresentado, demonstra em sua coluna "Juros Total" os valores dos juros futuros do parcelamento e os juros e multas dos atrasos das faturas.

Para comprovação da correta aplicação dos juros, verificamos o contrato de parcelamento de determinados consumidores, o qual apresenta os juros discriminados entre juros do parcelamento e da correção das faturas em atraso. Na aplicação do referido procedimento, não foram encontradas distorções.

Nas análises dos parcelamentos expostos na tabela supracitada evidenciamos:

W1 – Valor da entrada (RS) menor que o estipulado do Procedimento Interno. Para tais casos o atendente não possui autonomia para realização do parcelamento, sendo este realizado por superiores. Conforme informado, a gerência é consultada para esses casos, contudo não há procedimento formal.

W2 – Número de parcelas maior que estipulado no Procedimento Interno. Assim como citado na observação “W1”, o atendente não possui autonomia para realização do parcelamento, sendo autorizado informalmente pela gerência.

Conforme mencionado, o departamento comercial solicita autorização da gerência para realizar procedimentos além do determinado no Procedimento Interno, no entanto, estas autorizações são verbais. Nestes casos, recomendamos que tais situações estejam amparadas por autorização formal.

(3.2.3) CORRELAÇÃO ENTRE FATURAMENTO X CONTABILIDADE

Verificamos a correlação entre os valores faturados expressos no relatório “Boletim Mensal” com a respectiva contabilização no mês 08/2016:

CONTA	DESCRIÇÃO	RS DÉBITO	RS MENSAL	DIFERENÇA
1102.1.01.01.000.0.001	RESIDENCIAL	509.222,55	522.647,48	67,46
1102.1.01.01.000.0.002	RESIDENCIAL B.R	13.492,39		
1102.1.01.07.000.0.001	SERVIÇO PÚBLICO	8.068,41	8.068,41	-
1102.1.01.02.000.0.001	INDUSTRIAL	2.178.637,67	2.178.419,38	218,29
1102.1.01.03.000.0.001	COMERCIAL	304.586,34	304.586,34	-
1102.1.01.04.000.0.001	RURAL	382.731,46	382.731,46	-
1102.1.01.05.000.0.001	PODER PÚBLICO	47.694,57	47.694,57	-
1102.1.01.06.000.0.001	IL. PÚBLICA	102.912,41	102.912,41	-
	TOTAL	3.547.345,80	3.547.060,05	285,75

Conforme exposto na tabela supracitada, os valores contabilizados no mês 08/2016 não apresentaram distorções relevantes em comparação aos valores expressos no relatório boletim mensal.

Além da verificação das apropriações no Ativo Circulante da Cooperativa referente aos valores a receber conforme faturamento, verificamos também os valores apropriados como receita no mesmo período, as quais apresentaram fidedignidade aos relatórios auxiliares.

(3.3) CONSIDERAÇÕES GERAIS – CONTAS A RECEBER

As análises realizadas neste trabalho tiveram como objetivo testar a existência dos controles auxiliares e se os mesmos estão propensos a falhas ou erros.

Com base nos testes realizados, constatamos que os registros contábeis e financeiros estão sendo efetuados de forma adequada, apresentando fidedignidade dos registros contábeis quando comparados aos relatórios auxiliares que dão suporte aos mesmos. Durante os trabalhos não foram evidenciadas situações emergentes que pudessem ocasionar riscos à cooperativa ou que as falhas que ocasionalmente venham a ocorrer não possam ser rastreadas.

Somente alertamos as situações em que são abertas exceções para alguns consumidores, como número de parcelas superiores as determinadas e a entrada inicial de parcelamento menor que 30%, no intuito de garantir a isonomia no atendimento. Para estes casos, se possível, caberia a formalização do procedimento.

4 – CONTABILIDADE

(4.1) TRIBUTOS A RECUPERAR

Na data do balanço (31/12/2016) a cooperativa mantém saldo de tributos a recuperar no montante de R\$ 1.554 mil reais, entre curto e longo prazo. Deste valor, R\$ 1.174 mil se referem a crédito de ICMS sobre compras do ativo imobilizado. O restante (R\$ 380 mil) se relacionam com saldo negativo de IRPJ e IRRF sobre aplicações financeiras, conforme segue:

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2016	2015
ICMS a recuperar	2	29
ICMS sobre ativo imobilizado (W1)	510	517
Pis a recuperar	-	65
Saldo negativo de IRPJ e CSLL (W2)	224	230
IRRF aplicações financeiras	154	2
	890	843

LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2016	2015
ICMS sobre ativo imobilizado (W1)	664	814
	664	814

Os controles e planilhas de conciliação para estes valores são considerados seguros e adequados.

(4.2) IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado da cooperativa avaliado em R\$ 66.935 mil reais é controlado através de sistema específico onde são gerados Ordens de Imobilização – ODI, no intuito de apurar adequadamente o custo do imobilizado em serviço.

Estas ODI's são controladas através do sistema gerencial o qual emite o Relatório de Controle Patrimonial – RCP (padrão Anecel) e o mesmo é auditado segundo normas da agência reguladora.

Nesta auditoria do RCP são realizados análises e testes para comprovar o adequado controle por parte da permissionária. O controle patrimonial da cooperativa está representado da seguinte forma em 31/12/2016:

VALOR ORIGINAL CONTABIL - VOC

GRUPO	RCP	BALANCETE	DIFERENÇA
1 INTANGÍVEIS	496.077,08	496.077,08	-
2 TERRENOS	63.282,27	63.282,27	-
4 EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENE.	350.275,75	350.275,75	-
5 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	69.839.302,64	69.839.302,64	-
6 VEÍCULOS	940.081,81	940.081,81	-
7 MÓVEIS E UTENSÍLIOS	800.713,19	800.713,19	-
TOTAL	72.283.732,74	72.283.732,74	-

REAVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA

GRUPO	RCP	CAI	DIFERENÇA
1 INTANGÍVEIS	(87.319,72)	(87.319,72)	-
2 TERRENOS	84.401,92	84.401,92	-
4 EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENE.	(142.832,45)	(142.832,45)	-
5 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	16.488.421,08	16.488.421,08	-
6 VEÍCULOS	(137.162,24)	(137.162,24)	-
7 MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(110.234,04)	(110.234,04)	-
TOTAL	16.095.274,55	16.095.274,55	-

DEPRECIACÃO DO VALOR ORIGINAL CONTABIL

GRUPO	RCP	CAI	DIFERENÇA
1 INTANGÍVEIS	407.905,90	407.905,90	-
4 EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENE.	110.996,15	110.996,15	-
5 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	17.907.464,66	17.907.464,66	-
6 VEÍCULOS	514.460,59	514.460,59	-
7 MÓVEIS E UTENSÍLIOS	366.429,63	366.429,63	-
TOTAL	19.307.256,93	19.307.256,93	-

DEPRECIÇÃO DA REAVALIAÇÃO REGULATÓRIA

GRUPO	RCP	CAI	DIFERENÇA
1 INTANGÍVEIS	(86.472,67)	(86.472,67)	-
4 EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENEF.	(45.151,92)	(45.151,92)	-
5 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	5.538.458,90	5.538.458,90	-
6 VEÍCULOS	(117.918,41)	(117.918,41)	-
7 MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(82.214,15)	(82.214,15)	-
TOTAL	5.206.701,75	5.206.701,75	-

Nas verificações realizadas no Relatório de Controle Patrimonial, evidenciamos a seguinte situação:

- a) Os bens relacionados ao Tipo de UC 190 – Condutor, Tipos de Instalação 40, 41, 93 e 96 apresentaram diferenças relevantes entre o Relatório de Controle Patrimonial (RCP) e o Sistema de Informações Geográficas (SIG):

TUC/TI	Qtd (CAI/RCP)	Qtd (SIG)	Diferença
190/40	294.576,00	294.042,29	(533,71)
190/41	878.568,00	883.345,52	4.777,52
190/93	44.559,00	40.778,15	(3.780,85)
190/96	69.349,00	58.082,29	(11.266,71)
Total	1.287.452,00	1.276.248,24	(11.203,76)

Em 31/dez/2015 o Tipo de UC 190 apresentava uma diferença de -2.379 unidade/medida entre o RCP e o SIG, alternando para -11.203,76 em 31/dez/2016.

Para todos os demais testes não evidenciamos exceções, desta forma confirmamos o adequado controle extra-contábil.

Criciúma, 24 de abril de 2017.



MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O
JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC N° 17.329/O-8

**5 – DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS E NOTAS
EXPLICATIVAS
REGULATÓRIAS**

CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

EMPVO - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO		2016	2015
CIRCULANTE	Nota	19.791	16.596
Caixa e equivalentes de caixa		10.551	919
Aplicações no mercado aberto		-	4.856
Consumidores	07	5.956	6.371
Serviços em curso		343	1.108
Tributos compensáveis		891	843
Almoxarifado operacional		322	540
Ativos regulatórios		855	648
Despesas pagas antecipadamente		113	94
Outros ativos circulantes		260	217
NÃO CIRCULANTE		68.059	68.328
Tributos compensáveis		664	814
Depósitos judiciais e cauções		3	3
Outros ativos não circulantes		-	-
Participações societárias		375	362
Imobilizado	08	66.936	66.980
Intangível	08	81	160
TOTAL DO ATIVO		87.850	83.924

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CEERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turva - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de Reais)

	PASSIVO	
	2016	2015
CIRCULANTE	9.077	9.331
Fornecedores	453	424
Emprestimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	1.345	1.231
Tributos	735	95
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	34	24
Estorno acurrido	1.277	2.629
Passivos regulatórios	3.464	2.316
Outros passivos circulantes	1.779	2.621
NÃO CIRCULANTE	1.604	2.194
Emprestimos, financiamentos e debêntures	-	-
Provisão para litígios	41	5
Obrigações vinculadas a permissão	1.561	-
Passivos regulatórios	-	2.189
Outros passivos não circulantes	2	1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	72.389
Capital social	154	149
Reserva de capital	8.513	8.513
Outros resultados abrangidos	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	10.928	12.834
Reservas de sobras	54.624	49.409
Sobras à disposição da AGR	2.950	1.497
TOTAL DO PASSIVO	67.890	83.914

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turva - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS SÓBRAS DO EXERCÍCIO
(Valores expressos em milhares de Reais)

		PERÍODOS	
		01/jan/16	01/jan/15
		A	X
		31/dec/15	31/dec/15
Operações em Continuidade			
Receitas / Ingressos	11	54.862	46.844
Fornecimento de Energia Elétrica		18.182	17.747
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		29.873	25.009
Atividades passivas reguladoras		4.108	80
Serviços cobrados		46	31
Doações, contribuições e Subvenções		2.050	2.456
Outras receitas		-	-
Tributos		(10.024)	(9.718)
ICMS		(10.000)	(8.694)
COTAX		(66)	(2)
ISS		(20)	(19)
Encargos - "Parcela A"		(8.822)	(5.863)
Programa de Desenvolvimento - PSD		(89)	(149)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(39)	(182)
Costa de Desinvestimento Econômico - CDE		(6.929)	(2.803)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSER		(55)	(81)
Outros Encargos		(1.482)	(3.080)
Resultado Líquido / Ingresso Líquido		35.324	30.466
Costos não Gerenciáveis - "Parcela A"		(15.400)	(12.814)
Energia elétrica comprada para revenda		(15.400)	(12.814)
Encargos e demais despesas variáveis		-	-
Outros		-	-
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		19.924	17.652
Costos Gerenciáveis - "Parcela B"		(13.700)	(13.476)
Pessoal e Administradores	12	17.253	16.558
Materiais		(1.756)	(973)
Serviços de Terceiros		(794)	(929)
Arrendamentos e Aluguéis		(330)	(303)
Seguros		(18)	(33)
Doações, Contribuições e Subvenções		-	-
Previdência		(33)	(26)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		-	-
(-) Recuperação de Despesas		92	36
Tributos		(63)	(90)
Depreciação e Amortização		(3.540)	(3.278)
Ganhos Diferidos		(1.098)	(672)
Outras Receitas Operacionais		1.167	644
Outras Despesas Operacionais		(1.909)	(1.290)
Resultado da Atividade		4.854	4.176
Resultado Financeiro		1.829	843
Despesas Financeiras		(607)	(507)
Receitas Financeiras		1.726	1.350
Resultado Não Operacional		-	-
Resultado Antes dos Impostos sobre os Lucros		5.002	5.019
Despesas com Impostos sobre os Lucros		(106)	(7)
Resultado Líquido do Exercício		4.977	5.002

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turvo - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL - Doações e Subvenções	OUTRAS RESERVAS CAPITAL	AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA	AJUSTES RESULTADOS REGULATÓRIOS	RESERVAS ESTATUTÁRIAS					SOBRAS (PERDAS) A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
						FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	RESERVA DE AMPLIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ/14	145	1.232	7.280	14.389	(3.182)	6.129	2.235	26.198	11.634	46.196	1.465	67.525
1 - AUMENTO DE CAPITAL										-		4
- Integralização (devolução) de quotas	4									-		-
2 - AUMENTO DE RESERVAS										-		-
- Destinações estatutárias						333	219	1.331		1.883	(1.882)	1
- Avaliação regulatória (Aditivo Contrato Permissão)										-		-
- Destinações AGO									1.465	1.465	(1.465)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS										-		-
- Realização da Fates							(144)			(144)		(144)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial				(1.559)	3.182					-	1.690	3.313
- Ajustes Regulatórios (IFRS)										-	(165)	(165)
- Ajustes de exercícios anteriores										-	1.854	1.854
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO										-		-
SALDOS 31/DEZ/15	149	1.232	7.280	12.830	-	6.462	2.310	27.529	13.099	49.400	1.497	72.388
1 - AUMENTO DE CAPITAL										-		5
- Integralização (devolução) de quotas	5									-		-
2 - AUMENTO DE RESERVAS										-		-
- Destinações estatutárias						655	603	2.623		3.881	(3.881)	-
- Avaliação regulatória (Aditivo Contrato Permissão)										-		-
- Destinações AGO									1.497	1.497	(1.497)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS										-		-
- Realização da Fates										-		-
- Realização do ajuste a valiação patrimonial				(1.902)			(153)			(153)	1.854	(201)
- Ajustes Regulatórios (IFRS)										-		-
- Ajustes de exercícios anteriores										-		-
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO										-	4.977	4.977
SALDOS 31/DEZ/16	154	1.232	7.280	10.928	-	7.117	2.760	30.152	14.596	54.625	2.950	77.169
MUTAÇÕES DO PERÍODO	5	-	-	(1.902)	-	655	450	2.623	1.497	5.225	1.453	4.781

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turvo - SC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/16	01/jan/15
	* 31/dez/16	* 31/dez/15
ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.361	7.429
Sobras do exercício	4.977	5.002
Ajustes de exercícios anteriores	-	(165)
Redução (Aumento) de consumidores associados	-412	(1.603)
Redução (Aumento) de impostos a recuperar	103	(418)
Redução (Aumento) de estoques	218	(259)
Redução (Aumento) de adiantamentos	7	30
Redução (Aumento) de despesas exerc. Seguritas	(19)	(4)
Redução (Aumento) de serviços em curso	209	(520)
Redução (Aumento) de ativos regulatórios	(207)	(648)
Redução (Aumento) de outros créditos a receber	4	14
Aumento (Redução) de fornecedores	24	(591)
Aumento (Redução) de salários a pagar	31	14
Aumento (Redução) de impostos e contrib. diversas	699	30
Aumento (Redução) de adiantamentos	-	-
Aumento (Redução) de provisão de férias	36	26
Aumento (Redução) de taxas regulamentares	17.348	1.692
Aumento (Redução) de passivos regulatórios	(2.040)	4.537
Aumento (Redução) de processos civis a pagar	36	5
Aumento (Redução) de outros débitos	(644)	254
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	1.671	(17.625)
(Aumento) Redução do ativo indenizado (permissão)	-	(3.000)
(Aumento) Redução dos investimentos	(13)	(12)
(Aumento) Redução do imobilizado	64	(60)
(Aumento) Redução do intangível	78	(12.613)
(Aumento) Redução de obrigações vinc. a permissão	1.562	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(196)	11.040
Realização de reservas	(201)	1711
Aumento (Redução) do capital social	5	4
Ajustes / sobras regulatórias	-	(3.182)
Avaliação regulatória compulsória	-	14.309
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	4.776	844
Disponibilidades no início do exercício	5.775	4.931
Disponibilidades no final do exercício	10.551	5.775

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turvo - SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULADORIAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015.

(Valores expressos em milhares de reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa tem por objetivo principal a distribuição de energia elétrica, para uso residencial, comercial, rural ou industrial, de modo a atender exclusivamente seus consumidores, podendo, porém, ter por objetivo os serviços ligados diretamente ao fornecimento de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamentava o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

NOTA 02 – PRINCIPAIS ATIVIDADES

Distribuição de energia elétrica adquirida, manutenção e operação das linhas de transmissão e distribuição aos seus consumidores.

NOTA 03 – DAS PERMISSÕES

A permissionária detém permissão válida até o ano 2028 para a distribuição de energia elétrica em 11 (onze) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da CERSUL, e nos outros 6 (seis), a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em, Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza, atendendo a mais de 17,6 mil unidades consumidoras distribuídas em 124 localidades.

NOTA 04 – SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Permissionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da

Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

NOTA 05 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

NOTA 06 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, e ajustadas quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo

Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A Cersul assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “10” e “18” das demonstrações contábeis societárias, a partir desta data.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL e foi registrada em 2014.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no

mês e o índice de perda atualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

NOTA 07 – CONSUMIDORES, PERMISSIONÁRIA E CONCESSIONÁRIAS

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2016	TOTAL 2015
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADO A VENCER		RENEGOCIADO VENCIDO		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	Mais de 90 dias			
Fornecimento de Energia	5.011	-	506	12	19	606	(1.288)	23	12	4	752	-	5.956	6.371
Residencial	549	-	91	5	11	80	(127)	2	0	0	10	-	627	607
Industrial	1.539	-	231	2	0	592	(869)	1	-	-	706	-	2.283	2.848
Comercial	371	-	91	1	2	55	(79)	10	8	1	18	-	438	428
Rural	892	-	129	4	6	41	(83)	8	3	2	20	-	1.023	909
Podemos Públicos	36	-	2	-	-	12	(12)	-	-	-	-	-	38	44
Remuneração Pública	59	-	-	-	-	119	(120)	-	-	-	-	-	38	39
Serviço Público	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	3
Serviço Taxado	5	-	1	0	0	2	-	-	-	-	-	-	9	(0)
Outros créditos consumidores	205	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	205	166
Fornecimento Não Faturado	1.372	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.372	1.278
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Suplemento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargo de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suplemento/Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.011	-	506	12	19	606	(1.288)	23	12	4	752	-	5.956	6.371

NOTA 08 – IMOBILIZADO

A composição do imobilizado é como segue:

Tab 20

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	81.450	10.807	(4.794)	-	-	87.463	6.013	(23.801)	63.662	59.204	(1.064)	-	(1.064)
Terrenos	148	-	-	-	-	148	-	-	148	148	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfitorias	207	-	-	-	-	207	-	(65)	142	148	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	60.080	10.562	(4.558)	-	-	66.084	6.004	(23.263)	62.821	58.289	(1.064)	-	(1.064)
Veículos	660	245	(236)	-	-	669	8	(272)	396	444	-	-	-
Móveis e Utensílios	354	-	-	-	-	354	-	(200)	154	175	-	-	-
Administração	479	28	-	-	-	507	28	(346)	161	169	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	210	28	-	-	-	238	28	(139)	99	91	-	-	-
Veículos	134	-	-	-	-	134	-	(123)	11	18	-	-	-
Móveis e Utensílios	135	-	-	-	-	135	-	(64)	52	61	-	-	-
Comercialização	2	-	-	-	-	2	-	(0)	2	2	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1	-	-	-	-	1	-	(0)	1	1	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	1	-	-	-	-	1	-	(0)	1	1	-	-	-
Subtotal	81.930	10.835	(4.794)	-	-	87.971	6.041	(24.147)	63.824	59.373	(1.064)	-	(1.064)

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	8.948	11.218	(17.045)	-	-	3.101	(5.947)	-	3.101	8.948	(322)	-	(322)
Máquinas e Equipamentos	6.885	5.202	(10.447)	-	-	1.640	(5.245)	-	1.640	6.885	(322)	-	(322)
Outros	2.063	6.016	(6.618)	-	-	1.461	(602)	-	1.461	2.063	-	-	-
Administração	0	77	(66)	-	-	11	11	-	11	0	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	0	39	(28)	-	-	11	11	-	11	0	-	-	-
Outros	-	38	(38)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	1	-	(1)	-	-	(0)	(1)	-	(0)	1	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1	-	(1)	-	-	(0)	(1)	-	(0)	1	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	8.949	11.295	(17.132)	-	-	3.112	(5.837)	-	3.112	8.949	(322)	-	(322)
Total do Ativo Imobilizado	90.879	22.130	(21.926)	-	-	91.083	204	(24.147)	66.936	68.324	(1.386)	-	(1.386)

Tab. 21

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reserva-Rescto	Valor Bruto em 31/12/2016	Ativos Liquidac = (A)-(B)+(C)	Amortizações Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Distribuição	345	18	-	-	-	363	18	(295)	68	121
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	345	18	-	-	-	363	18	(295)	68	121
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	39	-	-	-	-	39	-	(26)	13	20
Softwares	39	-	-	-	-	39	-	(26)	13	20
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	384	18	-	-	-	402	18	(321)	81	141
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	19	-	(19)	-	-	0	(19)	-	(0)	19
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	19	-	(19)	-	-	0	(19)	-	(0)	19
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	19	-	(19)	-	-	0	(19)	-	(0)	19
Total do Ativo Intangível	403	18	(19)	-	-	402	(1)	(321)	81	160

Tab 22

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	80.080	10.562	(4.558)	-	-	86.084	6.004
Transformador de Distribuição	-	-	-	-	-	-	-
Medidor	-	-	-	-	-	-	-
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	80.080	10.562	(4.558)	-	-	86.084	6.004
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário = a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(1.044)	(83)	-	-	-	(1.127)	(83)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, PAD, Universalização	(1.044)	(83)	-	-	-	(1.127)	(83)
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originais da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

Tm 23

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais máximas de depreciação (%)	2016		2015
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em serviço				
Distribuição		87.463	(23.891)	63.562
Custo Histórico		87.463	(23.801)	63.662
Correção Monetária Especial		-	-	-
Reavaliação		-	-	-
Administração		307	(347)	189
Custo Histórico		307	(347)	189
Correção Monetária Especial		-	-	-
Reavaliação		-	-	-
Comercialização		2	8	2
Custo Histórico		2	8	2
Correção Monetária Especial		-	-	-
Reavaliação		-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-
Custo Histórico		-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-
Reavaliação		-	-	-
		87.772	(24.148)	63.624
Em Curso - R\$ Mil				
Geração		-	-	-
Transmissão		-	-	-
Distribuição		3.101	-	3.101
Administração		11	-	11
Comercialização		-	-	-
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-
		3.112	-	3.112
		91.884	(24.148)	67.736

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Nº Processo	Descrição	em R\$ mil
1201/15	Transformador 20/26 mva subestação	3.716
4961/12	Ampliação de Subestação	1.870
13430/15	ODI Medidores	187
5170/16	Linhas e redes de distribuição	169
19773/15	Linhas e redes de distribuição	163
4784/15	Linhas e redes de distribuição	147
19778/15	Caminhonete toyota hilux	137
13607/12	Automação da subestação	132
19588/15	Ampliação do sistema de plc	114
10142/15	Linhas e redes de distribuição	111
Total		6.747

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Nº Processo	Descrição	em R\$ mil
13436/15	Sistema de Medição	91
17403/15	Desativação de Medidores	72
25093/16	Desativação caminhonete Mahindra	39
20425/16	Desativação de Medidores Setembro 2016 - Rural	37
17498/16	Sistema de medição	28
10114/16	Linhas e redes de distribuição	21
8856/16	ODI Medidores Abril 2016 - Renovação	20
6554/16	Linhas e redes de distribuição	19
5361/16	Sistema de medição	19
21258/15	Desativação	16
Total		361

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Tab 22

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		(1.127)	-	-	(1.127)
Participação da União, Estados e Municípios		-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor		(1.050)	-	-	(1.050)
Doações e Subs. a Invest. no Serviço Concedido		(77)	-	-	(77)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de testes		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
[-] Amortização Acumulada - AIS		(434)	-	-	(434)
Participação da União, Estados e Municípios		-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor		-	-	-	-
Doações e Subs. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		(434)	-	-	(434)
Ultrapassagem de demanda		(150)	-	-	(150)
Excedente de testes		(162)	-	-	(162)
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		(122)	-	-	(122)
Total		(1.561)	-	-	(1.561)

Tab 33

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Em serviço	(1.044)	(83)	-	-	-	(1.127)	(83)	-	(1.127)	(1.044)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(967)	(83)	-	-	-	(1.050)	(83)	-	(1.050)	(967)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(77)	-	-	-	-	(77)	-	-	(77)	(77)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de relativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em curso	(302)	(217)	85	-	-	(434)	(132)	-	(434)	(302)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(302)	(217)	85	-	-	(434)	(132)	-	(434)	(302)
Ultrapassagem de demanda	(97)	(53)	-	-	-	(150)	(53)	-	(150)	(97)
Excedente de relativos	(106)	(57)	-	-	-	(163)	(57)	-	(163)	(106)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(99)	(107)	85	-	-	(121)	(22)	-	(121)	(99)
Total	(1.346)	(300)	85	-	-	(1.561)	(215)	-	(1.561)	(1.346)

NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: O valor do capital do social de R\$ 154 mil pertence inteiramente a associados domiciliados no país, correspondente à participação de 15.920 (quinze mil, novecentos e vinte) associados em 31/dez./2016.

Reservas de Sobras:

Reserva de Sobras	Legislação Regulatória	
	2016	2015
Reserva legal	7.117	6.462
Reserva de assistência técnica educacional social	2.760	2.310
Reserva de ampliação e melhoria	30.151	27.529
Reserva de sobras revertidas	14.596	13.099
Sobras a disposição da AGO	2.950	1.854
Total	57.574	50.897

Outras reservas:

	Legislação Regulatória	
	2016	2015
Reservas de capital	8.512	8.512
Ajustes IFRS referente contabilidade regulatória	-	-
Avaliação regulatória compulsória	10.928	12.830
Total	19.440	21.342

NOTA 11 – RECEITA BRUTA / INGRESSOS

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento - Faturado	18.399	18.142	142.203	143.951	48.069	42.547
Residencial	8.754	8.580	19.434	18.358	7.251	5.718
Industrial	438	474	76.125	80.320	26.853	25.448
Comercial	1.650	1.628	10.711	10.653	4.424	3.891
Rural	6.357	6.329	26.293	27.201	7.405	5.977
Poder público	285	281	1.626	1.495	664	491
Iluminação pública	887	842	5.722	5.587	1.349	1.122
Serviço público	19	8	352	377	113	102
Suprimento Faturado:						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativos	-	-	-	-	-	-
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissivas	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	(110)	-
(-) Tráf. pr Obrig. Espec. de AIC - Ultraelevação Demanda	-	-	-	-	(110)	-
(-) Tráf. pr Obrig. Espec. de AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado						
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	4.108	801
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas - Arrendamentos e alugueis	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	30	112
Consumo Próprio	9	10	106	100	69	55
Serviços cobrados	-	-	-	-	46	73
Subvenções vinculadas ao serviço prestado	-	-	-	-	2.650	2.456
Total	18.399	18.152	142.429	144.121	54.862	46.044

NOTA 12 – PESSOAL E ADMINISTRADORES

Tab 35

Pessoal e Administradores	2016	2015
Pessoal	7.071	8.311
Remuneração	4.544	3.929
Encargos	1.700	1.727
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	133	117
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	49	1
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	565	537
Administradores	280	243
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	280	243
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	7.351	8.554

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada - até a rubrica de Resultado da Atividade - de 31 de dezembro de 2016, das Unidades de Negócio: Geração (G), Transmissão (T) e Comercialização (C).

Tab. 28 R\$ Mil em 2016				Compartilhada
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Receita Líquida / Ingressos	-	-	54.893	54.893
Fornecimento de energia elétrica	-	-	18.185	18.185
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curta Prazo	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	-	-	29.873	29.873
Ativa e Passivas Regulatórias	-	-	4.108	4.108
Serviços cobráveis	-	-	48	48
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço essencial	-	-	2.680	2.680
Outras receitas	-	-	-	-
Tributos	-	-	(18.925)	(18.925)
ICMS	-	-	(10.940)	(10.940)
PIS-PAJSEP	-	-	(12)	(12)
Cofins	-	-	(54)	(54)
ISE	-	-	(20)	(20)
Encargos - Parcela "A"	-	-	(8.612)	(8.612)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	(26)	(26)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	(58)	(58)
Reserva Obrigatória de Reserva - ROF	-	-	-	-
Costo de Desenvolvimento Econômico - CDE	-	-	(8.328)	(8.328)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-
Taxa de Fomento de Serviços de Energia Elétrica - TFSER	-	-	(83)	(83)
Outros encargos	-	-	(1.462)	(1.462)
Receita líquida / Ingressos líquidos	-	-	35.326	35.326
Costos não gerenciáveis - Parcela "A"	-	-	(15.488)	(15.488)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(15.488)	(15.488)
Energia de terceiros, fornecida e distribuição	-	-	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-	-	-
Perdas pelo valor de interligação / reatuação	-	-	-	-
Provisão de base do Balanço de RTP Ativa	-	-	-	-
Provisão de base ou Base de CVA Ativa e Demais	-	-	-	-
Ativos Financeiros Setoriais	-	-	-	-
(-) Reserva de distribuição tarifária	-	-	-	-
(-) Reserva de CVA Passiva e Demais Passivas	-	-	-	-
Financiamentos Setoriais	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Materiais e insumos para produção de energia elétrica	-	-	-	-
Reembolsos de CCC/COE de contribuintes para produção de energia elétrica	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	-	-	19.845	19.845
Costos gerenciáveis - Parcela "B"	-	-	(16.792)	(16.792)
Pessoal e administrativos	-	-	(7.251)	(7.251)
Material	-	-	(1.738)	(1.738)
Serviços de terceiros	-	-	(794)	(794)
Arrendamentos e aluguel	-	-	(331)	(331)
Seguros	-	-	(36)	(36)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-
Provisões	-	-	(37)	(37)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	-	-
(-) Retenção de despesas	-	-	95	95
Tributos	-	-	(83)	(83)
Depreciação e amortização	-	-	(3.548)	(3.548)
Costos diversos	-	-	(1.188)	(1.188)
Outros Passivos Operacionais	-	-	1.188	1.188
Outros Despesas Operacionais	-	-	(1.855)	(1.855)
Resultado da Atividade	-	-	4.054	4.054

NOTA 14 – REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

A CERSUL, sediada na cidade de Tarso/SC, atende atualmente cerca de 16 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia elétrica representa uma receita anual de aproximadamente 31 milhões de reais.

Em 28 de novembro de 2008, foi firmado o Contrato de Permissão nº 20/2008 entre a União e a Cersul por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O Contrato de Permissão prevê que a cada quatro anos ocorrerá a revisão dos valores das tarifas aplicadas.

No processo de reajuste tarifário anual de 2015, as tarifas da Cersul foram, em média, reajustadas em 27,36%, sendo 29,88% relativos ao cálculo econômico e -2,52% aos componentes financeiros pertinentes, conforme consta da Resolução Homologatória no 1.956 de 22 de setembro de 2015.

Em 28 de março de 2016 foi publicada a Resolução Normativa nº 704 estabeleceu nova metodologia de cálculo para reajustes e revisões. Esta nova metodologia prevê alteração da cláusula décima quarta do contrato de permissão, por meio da assinatura de um Novo Termo Aditivo. A Resolução propôs também uma nova data para a revisão, 30 de setembro de 2016. A Cersul optou pelo Termo Aditivo aprovado pela REN 704/2016, em 18 de julho de 2016. Por meio da carta Ofício nº72/2016, a Cersul solicitou os valores de Parcela B e perdas.

Nos processos tarifários, as tarifas de fornecimento e uso do sistema de distribuição são definidas de modo a recuperar a receita da permissionária calculado de acordo com o que consta do Contrato de Permissão e do PRORET 8.4.

A Resolução Normativa 704/2016, de 14 de junho de 2016, aprovou a nova metodologia de Reajuste e Revisão de permissionárias de distribuição de energia elétrica. Esta nova metodologia prevê que os custos de Parcela B serão atualizados anualmente com informações apresentadas pela permissionária, limitados ao montante constante no PRORET 8.4. Já as despesas formadoras da Parcela A são atualizadas para a data da revisão em processamento de acordo com a legislação específica e podem sofrer variações distintas da inflação medida no período analisado.

A receita requerida para o processo da Cersul, calculado pela Superintendência de Gestão Tarifária – SGT, para aplicação a partir de 30 de setembro de 2016, resultou em R\$ 45.266.381,30, decorrentes de uma variação frente ao processo anterior de 3,78%, sendo 13,75% relativo a parte econômica e -9,97% referente aos componentes financeiros pertinentes.

Variação econômica financeira
Quadro 01 Nota Técnica 321/2016

Descrição	Valores (R\$)
Receita requerida	45.266.381,30
Receita atualizada processo anterior	39.796.142,66
Variação econômica	13,75%
Componentes Financeiros	-9,97%
Variação econômica financeira	3,78%

Receita em DRA, participação dos custos da Receita de Referência
Quadro 03 da NT 321/2016 ANEEL

Reajuste Tarifário	DRA (R\$)	Partic. na RAO
Encargos Setoriais	8.903.953,55	22,37%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. - TFSEE	82.344,11	0,21%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	7.811.615,91	19,13%
PROINFA	889.479,43	2,26%
P&D e Eficiência Energética	310.514,10	0,78%
Energia Comprada	6.688.253,15	16,81%
Energia	6.688.253,15	16,81%
Transporte de Energia	5.891.436,89	14,30%
Uso do sistema de distribuição	5.891.436,89	14,30%
Total Parcela A	21.283.643,50	53,48%
Total Parcela B	18.512.499,07	46,52%
RAO	39.796.142,66	100%

NOTA 15 – CONCILIAÇÃO BALANÇO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Concessionária seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Concessionária seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DO SUL CATARINENSE - CERSUL

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Nota de	2016			2015		
		Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
CIRCULANTE		9.077,10	-	9.077,10	9.330,65	-	9.330,65
Fornecedores		452,77	-	452,77	428,77	-	428,77
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		1.345,46	-	1.345,46	1.220,81	-	1.220,81
Tributos		735,04	-	735,04	94,67	-	94,67
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		23,67	-	23,67	24,03	-	24,03
Encargos setoriais		1.276,82	-	1.276,82	2.625,40	-	2.625,40
Passivos regulatórios	06	3.464,33	-	3.464,33	2.315,56	-	2.315,56
Outros passivos circulantes		1.779,01	-	1.779,01	2.621,41	-	2.621,41
NÃO CIRCULANTE		1.603,43	-	1.603,43	2.193,94	-	2.193,94
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		40,72	-	40,72	5,00	-	5,00
Passivos regulatórios	06	-	-	-	2.187,72	-	2.187,72
Outros passivos não circulantes		1,22	-	1,22	1,22	-	1,22
Obrigações vinculadas à concessão do SPEE		1.561,49	-	1.561,49	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		77.319,13	(150,12)	77.169,01	72.637,44	(248,74)	72.388,70
Capital social		153,99	-	153,99	149,45	-	149,45
Reservas de capital		8.512,92	-	8.512,92	8.512,92	-	8.512,92
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	07	150,12	(150,12)	-	248,74	(248,74)	-
Reavaliação regulatória compulsória		10.927,81	-	10.927,81	12.829,64	-	12.829,64
Reservas de sobras		54.624,36	-	54.624,36	49.399,80	-	49.399,80
Lúctos ou prejuízos acumulados		2.949,93	-	2.949,93	1.406,89	-	1.406,89
PASSIVO TOTAL		87.999,66	(150,12)	87.849,54	84.162,03	(248,74)	83.913,29

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DO SUL CATARINENSE - CERCEL

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBIL-REGULATÓRIAS

DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Valores expressos em milhões de reais)

Descrição	Sem de Ajustes	2018		2017			
		Exercício	Ajustes CPC's Regulatório	Exercício	Ajustes CPC's Regulatório		
Operações em Continuidade:							
Receita / Ingresso		88.025,44	(5.863,17)	84.263,29	46.429,43	(2.385,36)	46.994,29
Participação de Energia Elétrica		14.333,40	-	14.333,40	17.346,07	-	17.346,07
Equipamento de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de outra geração		-	-	-	-	-	-
Disponibilidade de sistema de transmissão e distribuição		20.473,08	-	20.473,08	20.499,21	-	20.499,21
Ativos e passivos regulatórios	88	4.256,08	-	4.094,20	4.249,14	2.234,34	6,69
Serviços regulatórios		46,20	-	46,20	31,13	-	15,07
Diagnóstico, manutenção e substituição		2.453,90	-	2.453,90	2.434,70	-	2.456,30
Outras receitas	88	1.482,11	(7.093,17)	-	3.674,20	(1.974,20)	-
Tributos		(9.025,80)	-	(9.025,80)	8.714,24	-	(8.714,24)
ICMS		(1.037,04)	-	(1.037,04)	(1.094,25)	-	(8.666,35)
IRPJ/IRPEF		(33,71)	-	(33,71)	(3,94)	-	(6,44)
CIT/CSL		(44,02)	-	(44,02)	(2,02)	-	(2,02)
IS		(14,01)	-	(14,01)	(14,98)	-	(14,70)
Energias - "Parceira A"		(8.413,14)	-	(8.413,14)	(8.463,77)	-	(8.463,77)
Programa de Desenvolvimento - FID		(54,41)	-	(54,41)	(146,20)	-	(146,70)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(50,41)	-	(50,41)	(142,23)	-	(142,23)
Bateria Global de Recursos - BGR		-	-	-	-	-	-
Costo de Descomodidade Transmissão - CDT		(8.403,17)	-	(8.403,17)	(8.463,17)	-	(8.463,17)
Compensação Transmissão pela Utilização de Recursos próprios - CTRP		-	-	-	-	-	-
Taxa de Financiamento de Substituição Energia Costosa - TFSM		(9,47)	-	(9,47)	(9,22)	-	(9,22)
Preço Energia		(1.002,09)	-	(1.002,09)	(1.000,17)	-	(1.000,17)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		48.386,39	(5.863,17)	35.333,20	33.898,97	(2.385,36)	36.483,21
Contas não Gerenciadas - "Parceira A"		(14.480,00)	-	(14.480,00)	(12.814,41)	-	(12.814,41)
Energia elétrica comprada para revenda		(14.480,00)	-	(14.480,00)	(12.814,41)	-	(12.814,41)
Outros		-	-	-	-	-	-
Resultado Antes dos Custos Gerenciados		34.906,39	(5.863,17)	20.853,20	21.084,56	(2.385,36)	23.668,79
Contas Gerenciadas - "Parceira B"		(88.903,62)	4.442,77	(84.460,85)	(81.202,84)	4.877,44	(81.478,40)
Preços e Substituições		(7.333,32)	-	(7.333,32)	(6.134,03)	-	(6.134,03)
Debitos		(4.233,21)	-	(4.233,21)	(970,53)	-	(970,53)
Serviço de Transmissão		(794,17)	-	(794,17)	(725,04)	-	(725,04)
Investimentos e Aluguel		(234,95)	-	(234,95)	(293,03)	-	(293,03)
Seguros		(19,42)	-	(19,42)	(31,44)	-	(31,44)
Diagnóstico, Manutenção e Substituição		-	-	-	-	-	-
Perdas		(37,14)	-	(37,14)	(22,94)	-	(22,94)
Perdas de Ativação de Bens e Direitos		-	-	-	-	-	-
da Recuperação de Devidos		-	-	-	-	-	-
Tributos		62,03	-	62,03	(90,21)	-	(90,21)
Depreciação Amortização	88	(1.640,00)	88,42	(1.748,07)	(1.449,14)	(40,19)	(1.276,07)
Costo Devidos		(1.367,70)	-	(1.367,70)	(692,13)	-	(692,13)
Outros Devidos Operacionais		1.203,49	-	1.203,49	431,42	73,20	444,67
Outros Devidos Operacionais	88	(2.172,39)	1.063,17	(1.109,22)	(6.552,49)	2.674,20	(1.279,69)
Resultado de Atividades		1.995,41	88,42	4.684,03	481,72	3.492,20	4.178,28
Resultado Financeiro		1.828,74	-	1.828,74	1.147,14	(543,96)	841,24
Despesa Financeira		(893,41)	-	(893,41)	(1.225,21)	(371,89)	(207,21)
Resultado Financeiro		1.726,12	-	1.726,12	1.222,51	(7,91)	1.704,60
Resultado Não Operacional		-	-	-	-	-	-
Resultado Antes dos Impostos sobre os Lucros		4.824,12	88,42	5.882,77	1.676,47	3.148,22	5.818,28
Despesas com Impostos sobre os Lucros		(1.057,80)	-	(1.057,80)	(16,64)	-	(16,64)
Resultado Líquido do Exercício	88	3.766,32	88,42	4.824,97	1.659,83	3.148,22	5.801,64

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

[1] ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO (SOCIETÁRIO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Permissionária, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para agosto de 2017), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

[2] IMOBILIZADO

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado no balanço patrimonial societário pelos seguintes itens:

<u>Classificação conforme permissão</u>	2016	2015
Ativo financeiro indenizável (Nota 1)	22.484,02	17.744,67
Imobilizado societário	60,45	60,45
Intangível - Uso da Infra-Estrutura (Nota 3)	44.622,51	49.582,73
Total Societário	67.166,98	67.387,85
(*) Ajuste Notas 01, 02 e 03 Avaliação Regulatória/Soc	(150,13)	(248,74)
(=) Imobilizado + Intangível Regulatório	67.016,85	67.139,11

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

[3] INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

[4] DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A diferença na depreciação e amortização de R\$ 98,62 mil reais, entre a contabilidade regulatória (R\$ 3.548,07) e societária (R\$ 3.646,69), refere-se à realização das despesas com depreciação do valor da avaliação a valor justo (realizada em 2010).

[5] OUTRAS RECEITAS E GASTOS

Referem-se a receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

[6] RESULTADO COM ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, o que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses bens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A Cersul assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios a partir deste período, gerando tais ajustes do resultado do exercício de 2015.

[7] AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (SOCIETÁRIO)

Com a adoção inicial das novas normas contábeis, a permissionária realizou no período de 2010 avaliação patrimonial nos grupos classificados como terrenos, benfeitorias e veículos. Conforme Ofício de Encerramento de janeiro de 2013, o respectivo valor da avaliação inicial societária foi estimado do balanço regulatório.


Joeline Walnier dos Santos
Contadora-CRC-SC: 030385/O-2
CPF: 036.815.639-77


Eyerton Almir Schmidt
Presidente
CPF: 415/141.739-72

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias de **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissonária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 05 e 06 às demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base de preparação e principais práticas contábeis regulatórias dessas demonstrações, que foram elaboradas para auxiliar a permissonária a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Societárias**

A Permissonária preparou um conjunto de demonstrações contábeis societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os associados da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA** com data de 14 de março de 2017.

A

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

^

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 24 de abril de 2017.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O



JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 630

Participações

Direção Geral e Produção

Setor Contábil

Colaboração

Setor Técnico

Setor de Recursos Humanos

Setor TI

Setor Comercial

Setor Financeiro

Auditoria

Muller Auditores Independentes S.S

Roteiro Editorial e Conteúdo

Lei nº 5.764/1971

Resolução CFC nº 1.255/09

Interpretação Técnica NBC T 10.8 – IT 01

Orientações Emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis – CPC

Despacho nº 4.097 de 30/12/2010 SFF/ANEEL

Estatuto Social da Cersul

Agradecimentos

Conselho Administração

Conselho Fiscal